

**FONPLATA – Banco Multilateral de
Desenvolvimento**

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2022 e relatório do auditor independente.

Conteúdo

Relatório de auditoria emitido por auditor
independente
Balanco patrimonial
Demonstração de resultado do exercício
Demonstração dos resultados abrangentes
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração da evolução do patrimônio líquido
Notas explicativas das demonstrações financeiras

Nota de advertência:

*Todos os valores são expressos em milhares. Quando
a moeda não for detalhada, são dólares
estadunidenses (USD).*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Assembleia de Governadores,
FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento (Banco ou FONPLATA), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador emitido pelo Comitê de Normas Internacionais de Ética, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme com essas normas e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, por tanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assuntos.

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos com as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo os aqueles executados para tratar aos assuntos abaixo, fornecem a bases para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Validação dos instrumentos de cobertura

Principais assuntos de auditoria	Respostas da auditoria
Em 31 de dezembro de 2022, o FONPLATA mantém as seguintes dívidas pela emissão de títulos de renda fixa: - Durante 2019, o FONPLATA, mediante o Crédit Swiss & UBS, emitiu título de dívida de 5 anos, com cupom anual fixo de 0,578%, denominado em francos suíços, no valor de CHF 150 milhões. - Durante 2021, o FONPLATA, mediante o Crédit Swiss & UBS, emitiu títulos de dívida de 5 ½ anos e de 7 anos, com cupom anual fixo de 0,556% e 0,795%, denominados em francos suíços, no valor de CHF 200 milhões e de CHF 150 milhões, respectivamente. - Durante 2022, o FONPLATA obteve empréstimos com a CAF, no âmbito da linha de crédito subscrita em 2021, cuja taxa de referência é a "Term SOFR". Como parte da estratégia de gestão de risco, em relação com a emissão desses títulos, o FONPLATA assinou contratos de operação de swap cambial e de taxa de juros com o JP Morgan Chase, NA (JPM), Crédit Suisse (CS) e Deutsche Bank (DB), de acordo com os regulamentos da <i>International Swaps and Derivatives Agreement Association, Inc.</i> (ISDA). Esta situação é um principal assunto de auditoria, devido à relevância das estimativas e sua complexidade geral inerente para a apresentação e exposição das demonstrações contábeis.	Avaliamos essas transações por meio dos procedimentos de auditoria a seguir: - Entendemos o processo realizado pelo Banco para a identificação, classificação, avaliação e contabilização dessas operações e identificamos os principais controles implementados pelo FONPLATA em relação às operações com derivativos. - Inspecionamos a origem contratual das transações, obtendo os contratos de financiamento e os respectivos contratos de derivativos. - Avaliamos o risco de distorções materiais na seleção do critério de contabilização dos instrumentos financeiros como "Cobertura de Fluxo de Caixa ao Valor Justo". - Inspecionamos a eficácia da cobertura dos derivativos, por meio da comparação do valor de mercado tanto dos instrumentos de dívida como dos instrumentos de cobertura. - Inspecionamos o cálculo do valor justo dos derivativos, mediante a seleção adequada das curvas de valor obtidas da ferramenta Bloomberg. - Recebemos a confirmação dos saldos em garantia no fim do exercício das emissoras dos derivativos, JPMorgan, Crédit Suisse e Deutsche Bank. - Inspecionamos o efeito da diferença cambial e das taxas originadas tanto da transação como da cobertura, com informações das entidades financeiras e das cotações de mercado. - Inspecionamos a razoabilidade do efeito da avaliação das operações de swap cambial e de taxas de juros registradas nas demonstrações financeiras.

2. Realização e mensuração de receitas

<u>Principais assuntos de auditoria</u>	<u>Respostas da auditoria</u>
O Banco gera a maior parte das receitas (Nota 11) com base no resultado obtido da concessão de empréstimos com garantia soberana ao seus países membros e, a partir de 2020, em menor medida, da aprovação de empréstimos a bancos e empresas públicas em nível nacional ou subnacional dos países membros, bem como com base nas taxas de administração e de compromisso cobradas das instituições ou empresas às quais concede financiamentos. As receitas dos juros são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva, de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, e as outras receitas relacionadas à gestão dos empréstimos, que consistem em taxas de administração e de compromisso, são reconhecidas de acordo com a IFRS 15 – Contratos de Receitas com Clientes, com base na análise realizada pela Administração sobre a probabilidade de que tais empréstimos sejam utilizados por parte dos credores. Tanto o cálculo dos juros como das taxas, que se encontram parametrizadas no sistema, é determinado considerando as condições estabelecidas em cada contrato. Esta situação é principal assunto da auditoria devido à relevância das receitas de juros e a gestão de empréstimos para as demonstrações financeiras.	Avaliamos o reconhecimento da receita utilizando os procedimentos de auditoria a seguir: - Examinamos o processo desenvolvido pelo Banco para a identificação, classificação e avaliação de suas receitas e identificamos os principais controles implementados pelo FONPLATA em relação ao processo de carteira e realização de receita. - Analisamos a correta realização de receitas tanto para os juros como para as taxas de administração e de compromisso. - Inspecionamos os contratos firmados entre os países, corroborando que as taxas de juros e de administração e compromisso tenham sido adequadamente registradas no sistema para o cálculo respectivo. - Recalculamos os juros, identificando os empréstimos sujeitos à Taxa SOFR, bem como aqueles sujeitos à Taxa Libor. - Recalculamos as taxas de administração e de compromisso.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor, que emitiu uma opinião não modificada em 18 de fevereiro de 2022.

Responsabilidades da Administração e da Direção em relação às demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações..

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

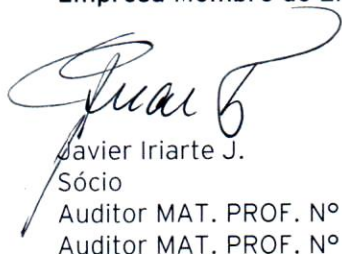
Também fornecemos à Direção declaração de que cumprimos com os requisitos éticos relevantes em relação à independência e comunicamos todas as relações e outros assuntos que possam afetar, razoavelmente, nossa independência e, quando for o caso, as necessárias salvaguardas.

Das questões comunicadas à Diretoria, determinamos os aspectos de maior relevância para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício e que, em consequência, são as questões-chave da auditoria. Descrevemos essas questões em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou os regulamentos impeçam sua exposição pública ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que um assunto não deva ser informado em nosso relatório, pelo fato de estimarmos razoavelmente que as consequências negativas de o fazer superam os benefícios do interesse público de sua comunicação.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

ERNST & YOUNG LTDA.
Empresa Membro de Ernst & Young Global



Javier Iriarte J.
Sócio
Auditor MAT. PROF. Nº CAUB - 9324
Auditor MAT. PROF. Nº CAUSC - 3125

Santa Cruz de la Sierra, 28 de fevereiro de 2023.

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de dólares estadunidenses)

ATIVOS	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1		217.589		128.261
Investimentos				
A valor justo com alterações em outros resultados abrangentes (VJORA) – Nota 8.2	338.850		352.788	
A custo amortizado – Nota 8.3	-	338.850	151.850	504.638
Carteira de empréstimos – Nota 8.4		1.744.396		1.503.666
Juros acumulados				
De investimentos – Notas 8.2 e 8.3	1.374		2.366	
De empréstimos – Nota 8.4	28.182	29.556	10.673	13.039
Outros ativos				
Coberturas a valor justo – Nota 8.5 (ii)	5		694	
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 9.1	5.679		5.742	
Diversos – Nota 9.2	1.088	6.772	748	7.184
Total de ativos		<u>2.337.163</u>		<u>2.156.788</u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivos				
Dívidas – Nota 8.5	975.343		926.741	
Outros passivos – Nota 9.3	10.294		3.149	
Fundos especiais – Nota 8.6	22.635		21.891	
Total de passivos		<u>1.008.272</u>		<u>951.781</u>
Patrimônio líquido				
Capital – Nota 10.1				
Autorizado	3.014.200		3.014.200	
Menos exigível	(1.665.000)		(1.665.000)	
Capital em dinheiro	1.349.200		1.349.200	
Capital em dinheiro a ser integralizado	(267.540)	1.081.660	(342.733)	1.006.467
Reserva de Capital – Nota 10.3		203.595		183.165
Outras reservas – Nota 10.2		(3.979)		(8.655)
Resultados acumulados – Nota 10.3		47.615		24.030
Total do patrimônio líquido		<u>1.328.891</u>		<u>1.205.007</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.337.163</u>		<u>2.156.788</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE FINANCEIRO

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2022	2021
RECEITAS – Nota 11		
Carteira de empréstimos		
Juros	69.613	35.609
Outras receitas de empréstimos	5.900	6.612
	<u>75.513</u>	<u>42.221</u>
Investimentos		
Juros	2.096	4.770
Outros	13	15
	<u>2.109</u>	<u>4.785</u>
Receitas financeiras	<u>77.622</u>	<u>47.006</u>
DESPESAS		
Juros e custo da dívida	(25.176)	(10.949)
Receitas financeiras líquidas	<u>52.446</u>	<u>36.057</u>
Outras receitas	7.390	85
	59.836	36.142
Provisão para perdas por desvalorização dos empréstimos	(1.171)	(2.599)
Receitas depois da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos	<u>58.665</u>	<u>33.543</u>
Despesas administrativas – Nota 12	(11.050)	(9.513)
Receita líquida	<u>47.615</u>	<u>24.030</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (DRA)		
Receita líquida	47.615	24.030
Rubricas que podem ser reclassificadas na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)		
Alterações no valor justo dos investimentos	1.191	(3.928)
Perdas/Ganhos em operações de cobertura de fluxo de caixa	3.578	(5.744)
Rubricas que não serão reclassificadas na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)		
Reavaliação técnica de propriedades	(93)	(28)
Resultados abrangentes	<u>52.291</u>	<u>14.330</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
PRESIDENTE DA DIRETORIA- EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE FINANCEIRO

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Empréstimos		
Caixa recebido das amortizações	113.387	77.347
Caixa recebido de juros e outros encargos	57.346	41.020
Desembolsos	(354.629)	(345.451)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(183.896)	(227.084)
Outros fluxos operacionais		
Pagamento de salários, auxílios e outras despesas de pessoal	(7.564)	(6.305)
Pagamento de despesas administrativas	(3.369)	(1.647)
Aumento de saldos com provedores, fundos especiais e outros	(1.347)	7.011
Fluxo de caixa líquido de outras atividades operacionais	(12.280)	(941)
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(196.176)	(228.025)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa recebido de dívida contratada	169.114	493.750
Garantia recebida em derivativos para cobertura	(44.460)	(15.980)
Amortizações e serviços da dívida	(84.285)	(145.342)
Fluxo de caixa líquido do endividamento para financiamento de empréstimos	40.369	332.428
Cobrança de subscrições de capital em dinheiro	75.193	89.585
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	115.562	422.013
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cobrança de juros e outros de investimentos	2.861	4.233
Compra de investimentos	166.980	(101.783)
Receitas da venda de salas comerciais	225	-
Despesas de capital	(124)	(214)
Fluxo de caixa líquido gerado de/utilizado em atividades de investimento	169.942	(97.764)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	89.328	96.224
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	128.261	32.037
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	217.589	128.261

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
 PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
 PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
 CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
 GERENTE FINANCEIRO

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	<u>Capital em dinheiro</u>	<u>Reserva geral</u>	<u>Reserva para alterações no valor dos investimentos a valor justo</u>	<u>Reserva para Alterações no valor das operações de cobertura do fluxo de caixa</u>	<u>Reserva para reavaliação de propriedades</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	916.882	155.751	(1.879)	2.166	757	35.914	1.109.591
Aumento de capital – em dinheiro	89.585	-	-	-	-	-	89.585
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	27.414	-	-	-	(27.414)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	24.030	24.030
Resultados abrangentes do exercício	-	-	(3.927)	(5.744)	(28)	-	(9.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.006.467</u>	<u>183.165</u>	<u>(5.806)</u>	<u>(3.578)</u>	<u>729</u>	<u>24.030</u>	<u>1.205.007</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.006.467	183.165	(5.806)	(3.578)	729	24.030	1.205.007
Aumento de capital – em dinheiro	75.193	-	-	-	-	-	75.193
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva Legal	.-	20.430	-	-	-	(20.430)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(500)	(500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	47.615	47.615
Resultados abrangentes do exercício	-	-	1.191	3.578	(93)	-	4.676
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.081.660</u>	<u>203.595</u>	<u>(4.615)</u>	<u>-</u>	<u>636</u>	<u>47.615</u>	<u>1.328.891</u>

Luciana Botafogo Brito
 PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
 PRESIDENTE DA DIRETORIA- EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
 CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
 GERENTE FINANCEIRO

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
NOTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de dólares estadunidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante e para todos os efeitos denominado “FONPLATA” ou “O Banco”, é um banco multilateral de desenvolvimento, com personalidade jurídica internacional, com duração indefinida, que se rege pelas disposições de seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e seus escritórios de ligação, nas cidades de Assunção, República do Paraguai, desde 1989; Buenos Aires, República Argentina, desde meados de 2018; Montevideú, República Oriental do Uruguai, inaugurado em dezembro de 2019; e Brasília, Brasil, a partir de 15 de março de 2021. Os escritórios de ligação fazem parte da estratégia do Banco de estabelecer fortes laços de trabalho e de relacionamento com seus países membros.

O Banco é formado pelos governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, doravante denominados “membros fundadores”, com base no Tratado da Bacia do Prata, assinado em 23 de abril de 1969, que possibilitou sua consolidação e reconhecimento como personalidade jurídica em 14 de outubro de 1976, com a entrada em vigor de seu Convênio Constitutivo.

Foi criado por seus membros fundadores com firme espírito de cooperação e solidariedade, convencidos de que unicamente por meio da ação conjunta seria possível atingir o desenvolvimento harmônico, inclusivo e sustentável, de forma a favorecer a melhor inserção na região e no mercado mundial.

A relação entre os membros fundadores do Banco é muito próxima por causa dos ecossistemas que compartilham, quais sejam: os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre e outros sistemas de comunicação.

Algumas das principais funções do Banco são: a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus ativos líquidos; o financiamento de estudos de pré-investimento para identificar oportunidades de investimento ou projetos que venham a potencializar o desenvolvimento e a integração de seus países membros nos âmbitos regional e mundial; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica; bem como outras que propiciem o melhor cumprimento de seus objetivos.

Em 9 de novembro de 2018, a Assembleia de Governadores, reafirmando seu apoio à gestão e ao crescimento contínuo do Banco, aprovou alterações ao Convênio Constitutivo para modernizá-lo e potencializar a capacidade e a relevância do Banco como parceiro eficaz de seus países membros, contribuindo para seu desenvolvimento e sua integração nos âmbitos regional e mundial. As alterações aprovadas abrangem vários aspectos: i) alteração de sua natureza jurídica de “fundo” para “banco multilateral”; ii) mudança subsequente de sua denominação, para ser reconhecido formalmente como “FONPLATA” ou “O Banco”; iii) alteração de seu objeto para ampliar seu alcance, passando do conceito estritamente geográfico para outro que abrange a região de seus países membros e sua integração ao mercado global; iv) ampliação dos membros a partir de seus membros “fundadores”, reconhecendo a possibilidade de participação no capital de outros países ou órgãos “não fundadores”; v) denominação do capital como “capital autorizado”, com valor inicial de USD 3.014.200, composto de 301.420 ações, com valor nominal de USD 10 cada, com direito a um (1) voto por ação na série de ações classe “A”, correspondente aos membros fundadores. Além disso, foi determinado que ações classe “B”, destinadas a membros não fundadores, também comporiam o capital autorizado. O capital autorizado

inicial constitui-se em sua totalidade de ações classe “A”, compostas de 134.920 ações de capital em dinheiro, totalizando USD 1.349.200, e 166.500 ações de capital exigível, no total de USD 1.665.000. As ações classe “B” serão emitidas, após o aumento do capital autorizado e no número que corresponder à percentagem de participação, no momento da incorporação de novos membros.

Ambas as séries de ações serão emitidas a partir do momento no qual as alterações ao Convênio Constitutivo entrem em vigor nos países membros fundadores, isto é, 30 dias depois de realizadas as comunicações de confirmação pelos países membros fundadores.

Na data da emissão destas demonstrações financeiras, as alterações do Convênio Constitutivo aprovadas pela Assembleia de Governadores ainda não haviam sido confirmadas pelas autoridades de um dos cinco países membros.

Como resultado das atividades que começaram a ser desenvolvidas desde o início de 2019 de forma ininterrupta até hoje, em relação à expansão dos membros do Banco, no dia 13 de junho de 2022, o Banco firmou Acordo de Imunidades e Privilégios com a República da Colômbia. Este acordo reconhece a imunidade da jurisdição, isenções e privilégios que regerão as futuras relações entre a Colômbia e o Banco, uma vez que sua adesão seja formalmente finalizada.

A administração do Banco está focada no planejamento estratégico e na gestão por resultados. O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013—2022 constitui o instrumento de planejamento estratégico projetado para conduzir, supervisionar e prestar contas a respeito do grau de alcance dos resultados da gestão do Banco. O PEI e suas atualizações de 2017, que abrangem o período 2018—2022, e sua atualização mais recente, que abrange o período 2022—2026, foram aprovados pela Assembleia de Governadores em setembro de 2021. Complementarmente, o Banco elabora um Documento de Programas e Orçamento (DPP, na sigla em espanhol), que inclui os resultados a serem atingidos em período de três anos, bem como as atividades necessárias e seus custos, formando assim o orçamento de despesas administrativas e o orçamento de investimentos de capital. O DPP para o período 2023—2025 foi aprovado pela Assembleia de Governadores em 16 de dezembro de 2022.

Em 2 de setembro de 2022, dado o término do segundo mandato conferido ao Presidente-Executivo anterior e a fim de assegurar a continuidade e normal operação do Banco, a Assembleia de Governadores designou Luciana Botafogo Brito, Gerente de Operações e Países, como Presidente-Executiva interina, com mandato até 21 de abril de 2023, data em que a Assembleia de Governadores deverá selecionar e nomear o novo Presidente-Executivo, de acordo com o processo estabelecido.

As demonstrações financeiras para o exercício 2021 foram aprovadas pela Assembleia de Governadores em 29 de março de 2022, segundo recomendação da Diretoria-Executiva.

NOTA 2 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DURANTE O EXERCÍCIO

A – ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS DURANTE A COVID-19

A seguir apresentam-se a estratégia e as ações do Banco desde o início da pandemia da COVID-19, bem como a situação atual, tendo os cinco países membros superado o ponto da crise sanitária que os obrigara a fechar suas fronteiras em meados de março de 2020, seguindo as sugestões da Organização Mundial de Saúde (OMS).

No início da pandemia, o Banco rapidamente e com sucesso implementou sua estratégia projetada para assegurar a continuidade de suas operações sem interrupção, tanto na modalidade de trabalho híbrida como na de trabalho à distância, em decorrência do encerramento das atividades presenciais.

Durante o período de encerramento, que durou aproximadamente 18 meses, o Banco implementou medidas que permitiram assegurar a continuidade das operações e proteger a saúde de seu pessoal. Entre as medidas mais relevantes, citamos as seguintes:

- Adoção da modalidade de trabalho híbrida, que permite aos funcionários desempenhar suas funções de forma presencial quatro dias por semana, e um dia na modalidade à distância.
- Designação de cerca de 25% do quadro de pessoal aos Escritórios de Ligação em Assunção (Paraguai), Buenos Aires (Argentina), Brasília (Brasil) e Montevidéu (Uruguai), a fim de priorizar o contato fluido com os países membros, potencializando a capacidade de agregar valor por meio de intervenções oportunas e efetivas.
- Operação de todos os sistemas em nuvem, melhorando a segurança dos dados e reduzindo a possibilidade de acessos indevidos, de forma a assegurar a continuidade das operações em casos de emergência sanitária e outras situações que requeiram a suspensão do trabalho presencial.
- O Banco continuou trabalhando em diálogo permanente com suas contrapartes governamentais, para adaptar sua abordagem aos âmbitos fiscal, da saúde e social prevalentes em cada país membro, otimizando assim sua habilidade de oferecer assistência financeira e de cooperação técnica, nos melhores termos possíveis.

B – AÇÕES ESPECÍFICAS

Os próximos parágrafos apresentam com maior detalhe as atividades operacionais e financeiras realizadas pelo Banco que contribuíram de forma direta para o aumento de seus ativos financeiros líquidos e a geração de receitas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- A receita de empréstimos é principalmente determinada pelo aumento do saldo de empréstimos a receber. Esse aumento é produto do maior volume de desembolsos, líquidos de amortizações do principal recebidos dos países membros, e das mudanças na taxa de referência aplicada a todas as operações de empréstimos concedidas pelo Banco. Durante a pandemia, a taxa Libor de 6 meses foi diminuindo de maneira constante, chegando ao seu ponto mais baixo no primeiro semestre de 2021, com 17 pontos base. A partir do quarto trimestre de 2021, as taxas de juros subiram rapidamente, produto dos esforços das grandes economias de conter a inflação produzida pela pandemia e acelerada em consequência do conflito geopolítico entre a Rússia e a União Europeia e os Estados Unidos da América, chegando a taxa Libor de 6 meses a 513,8 pontos base, no final de dezembro de 2022. Por sua vez, a taxa SOFR (*Secured Overnight Financing*), que substituiu a taxa Libor de 6 meses em todos os contratos de financiamento assinados a partir de 1º de janeiro de 2022, bem como os empréstimos anteriores em que os países membros concordaram com a adoção da nova taxa de referência, que em dezembro de 2021 estava em 5 pontos base, registrou aumento de 425 pontos base durante 2022. Ainda que se antecipe que as taxas de juros continuem a aumentar, espera-se que esse aumento seja mais moderado que os registrados entre janeiro e setembro de 2022. Estima-se que as correções da taxa de juros continuem até que as principais economias do mundo consigam baixar a inflação a valores considerados normais, tipicamente em torno de 2% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, cerca de 60% dos contratos de empréstimo têm a SOFR como taxa de referência. O aumento médio combinado das taxas de referência em 2022 foi de 167 pontos base, sensivelmente menor que o aumento registrado na taxa Libor de 6 meses e na taxa SOFR. Isso se explica pelo processo de adoção gradual da taxa SOFR e pelo fato de que se aplica a taxa Libor de 6 meses na modalidade de semestre vencido. O processo de adoção da taxa SOFR para todos os financiamentos concedidos pelo Banco estará completo ao final de junho de 2023.

- Como parte de sua estratégia de minimizar os riscos de exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros, e cumprindo suas políticas, o Banco concede e denomina seus financiamentos em dólares estadunidenses e, até 31 de dezembro de 2021, utilizou a taxa Libor de 6 meses como taxa de referência. Para todos os financiamentos aprovados a partir de 2022, o Banco adotou como taxa de referência a taxa SOFR composta. Além disso, para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2021, e como consequência da substituição da taxa Libor pela SOFR, o Banco acordou com seus países membros a adoção voluntária da taxa SOFR composta, mais margem de ajuste¹. A partir de 30 de junho de 2023, data da descontinuação da taxa Libor, todos os empréstimos incorrerão em juros com base na taxa SOFR composta.
- Em 31 de dezembro de 2022, e de acordo mútuo com seus países membros, o Banco substituiu a taxa Libor de 6 meses como taxa de referência de 52 contratos de empréstimo, do total de 108 contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021. Ademais, em 2022, entraram em vigor 12 contratos de financiamentos aprovados a partir de 1º de janeiro, portanto, referenciados pela taxa SOFR composta. Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de empréstimos registra 64 contratos com a taxa SOFR composta e 52 com a taxa Libor de 6 meses (55,2% e 44,8%, respectivamente). Em valores, os contratos que incorrem em juros com base na taxa SOFR composta somam USD 1.048.568, equivalente a 59,5% do saldo de empréstimos a receber antes de deduzir os valores referentes à taxa de administração e a provisão para perdas potenciais em empréstimos (USD 1.025.472 em contratos aprovados até 31 de dezembro de 2022 e USD 23.096 em contratos aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022, respectivamente), e USD 712.276, equivalentes a 40,5%, em saldos a receber em contratos baseados na taxa Libor de 6 meses.
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco aprovou novos empréstimos com garantia soberana no valor de USD 456.000 (2021 – USD 401.430, incluindo USD 48.000 sem garantia soberana), desembolsou USD 354.629, incluindo USD 10.000 sem garantia soberana (2021 – USD 345.451 em empréstimos com garantia soberana) e recebeu USD 113.387 em amortizações do principal, dos quais USD 6.000 correspondem a empréstimos sem garantia soberana (2021 – USD 77.346, em empréstimos com garantia soberana). Ademais, o fluxo líquido de fundos de empréstimos foi positivo para todos os países membros.
- Como se explica em maior detalhe na subseção seguinte e na Nota 3 – Determinação de Receitas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o nível da taxa de referência dos empréstimos foi aumentando de forma constante, o que permitiu recuperação das receitas de empréstimos, ainda que sejam inferiores aos alcançados antes da pandemia, em termos percentuais. Isso contribuiu para que o Banco alcançasse nível de receitas financeiras líquidas 45,8% mais alto que o registrado em 2021, reforçando assim seu sólido perfil financeiro.
- Os custos financeiros foram aumentando em média 114 pontos base, produto do rápido aumento das taxas de juros em 2022. Esse aumento foi 195 pontos base menor do que o aumento médio obtido nos juros e taxas dos empréstimos. Essa diferença se explica, em sua maior parte, pelo fato de que cerca de 40% do saldo de empréstimos a receber é financiado com recursos próprios. Com

¹ A margem de ajuste, que é de 42.826 pontos base, foi determinada pelo ARRC (*Alternative Reference Rate Committee*), em março de 2021.

exceção das dívidas contraídas com o BID e o ICO, que foram convertidas à taxa de referência SOFR em março e junho de 2022, respectivamente, e os empréstimos captados com o CAF no âmbito da linha de crédito firmada em 2021, cuja taxa de referência é a “Term SOFR” e foi substituída pela taxa SOFR composta por meio da operação de cobertura (*hedge*) contratada com o Deutsche Bank (DB), as demais dívidas utilizam a taxa Libor de 6 meses e serão convertidas à taxa SOFR gradualmente, até 30 de junho de 2023.

- Em cumprimento com suas políticas e procedimentos para a manutenção de ativos líquidos e dívidas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco firmou contratos de empréstimos e linhas de crédito com: (i) o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), no valor de USD 100.000; e (ii) a Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD), no valor de EUR 30.000; sacou um total de USD 169.115; e amortizou dívidas e linhas de crédito, no valor total de USD 66.016. Além disso, continua em vigor o certificado de depósito captado junto ao Banco Central do Uruguai (BCU), no valor total de USD 80.000, por este não ter exercido a opção de descontinuar-lo.

A tabela abaixo mostra de forma comparativa, o saldo devedor das dívidas contraídas em empréstimos, linhas de crédito e as três emissões de títulos efetuadas no mercado de capitais suíço, entre 2021 e 2022:

<u>Instituição</u>	<u>Saldo devedor em 31 de dezembro de 2021</u> USD	<u>Amortização do principal e ajustes a valor justo</u> USD	<u>Fundos captados em 2022</u> USD	<u>Saldo devedor em 31 de dezembro de 2022</u> USD
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	64.000	(64.000)	100.000	100.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	100.000	-.	18.396	118.396
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ²	20.000	(197)	8.519	28.322
Banco Europeu de Investimento (BEI)	12.000	-.	30.000	42.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO)	5.536	(1.107)	12.200	16.629
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	100.000	-.	-.	100.000
Banco Central do Uruguai (BCU) – Taxa fixa	80.000	-.	-.	80.000
KfW – Euros à taxa Euribor ¹	-.	-.	-.	-.
Subtotal antes de despesas diferidas	381.536	(65.304)	169.115	485.347
Diferidos	(598)	(106)	208	(496)
Subtotal multilaterais e outros	380.938	(65.410)	169.323	484.851
Emissão título CHF FONPLATA 24	148.809	-.	-.	148.809
Emissão título CHF FONPLATA 26	221.828	-.	-.	221.828
Emissão título CHF FONPLATA 28	163.898	-.	-.	163.898
Diferenças cambiais	13.290	(6.289)	-.	7.001
Ajustes a valor justo	-.	(49.519)	-.	(49.519)
Subtotal antes de despesas diferidas	547.825	(55.808)	-.	492.017
Diferidos	(2.022)	(537)	1.034	(1.525)
Subtotal de títulos	545.803	(56.345)	1.034	490.492
Total dívidas	926.741	(121.755)	170.357	975.343

¹Empréstimo assinado em 16 de dezembro de 2022 com a KfW, no valor de EUR 37.000, e não sacado em 31 de dezembro de 2022 (ver Nota 8.5 (i) (8) para mais detalhes)

²O total mostrado como amortização do principal e ajustes a valor justo de USD 197 compõe-se de USD 909 de amortização do principal da dívida de USD 20.000, denominada em dólares estadunidenses, e de USD 172 de ajustes do valor justo sobre o saque de EUR 8.000, denominado em euros, equivalente ao valor justo de USD 9.231 em 31 de dezembro de 2022 (ver Nota 8.5 (4)).

- A maior parte das dívidas do Banco é contratada em dólares estadunidenses e utiliza a taxa Libor de 6 meses como taxa de referência. Dessa forma, o Banco minimiza o risco de exposição a esses riscos. No caso de dívidas denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa Libor de 6 meses, o Banco contrata operações de derivativos para reduzir o grau de exposição de forma efetiva. Em antecipação à descontinuação da taxa de referência Libor a partir do segundo semestre de 2023, o Banco está gradualmente realinhando a taxa de referência das operações ativas e passivas, cobrindo adequadamente o risco potencial de mudanças nas taxas de juros. Nesse sentido, em dezembro de 2022, para os prazos de vencimento em 3 de março de 2023 e em 1º de janeiro de 2023, o Banco acordou com o JP Morgan (JPM) a substituição da taxa de referência Libor de 6 meses pela taxa SOFR composta para as operações de *swap* cambial e de taxa firmadas para os títulos FONPLATA 24 e FONPLATA 28, com vencimento em 11 de março de 2024 e 1º de dezembro de 2028, respectivamente.
- Os derivativos relacionados às três emissões de títulos foram classificados, a partir de 1º de janeiro de 2022, como operações de cobertura a valor justo, de acordo com o quadro de referência estabelecido pela IFRS 9 (ver também Notas 4.10, 6 e 8 (ii)). Esses derivativos estão amparados por contratos ISDA firmados com as contrapartes do Banco: Crédit Suisse (CS); JP Morgan (JPM); e Deutsche Bank (DB).
- O Banco usa derivativos com o único objetivo de reduzir o grau de exposição a riscos decorrentes das mudanças nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense e nas taxas de juros diferentes da taxa de referência de suas operações de concessão de empréstimos e não com fins especulativos.
- Com data de 3 de janeiro de 2023, o Banco recebeu do Brasil a soma de USD 69.842, correspondente ao saldo remanescente das parcelas de capital acordadas para o período 2020 a 2022. Permanece apenas saldo remanescente de USD 98, correspondente à parcela de 2022. Essas contribuições serão somadas ao patrimônio do Banco e seu fluxo de caixa em 2023.
- No que se refere às despesas administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a média de gastos representou 84 pontos base em relação ao total dos ativos financeiros líquidos. Em comparação com 2021, essa relação entre despesas administrativas e ativos líquidos mostra aumento de seis pontos base. Considera-se este aumento razoável pelo fato de que o Banco, de fevereiro de 2020 a setembro de 2021, colocou em prática medidas estritas de economia por meio do congelamento de vagas de trabalho e suspensão de missões a trabalho, em resposta à queda da taxa de referência dos empréstimos e em consequência da pandemia. A partir de 2022, e frente ao aumento da carteira de empréstimos e ao retorno da modalidade de trabalho presencial, as despesas administrativas retornaram aos níveis operacionais normais, com a retomada das contratações de pessoal necessárias para assegurar a eficácia e agilidade que caracterizam a ação do Banco, ao mesmo tempo em que consolidam o crescimento alcançado.
- O Banco é o agente fiduciário para a administração da carteira de investimentos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

NOTA 3 – DETERMINAÇÃO DA RECEITA

O Banco gera a maior parte de suas receitas como resultado da concessão de empréstimos com garantia soberana a seus países membros e, a partir de 2020, cerca de 5% provêm da concessão de empréstimos a bancos e empresas públicas nos âmbitos nacional ou subnacional dos países membros. Os fatores a seguir afetam diretamente o crescimento da carteira de empréstimos e determinam a geração de receitas de empréstimos:

- A capacidade de empréstimo, que equivale a três vezes o valor do patrimônio líquido;
- O montante dos desembolsos dos empréstimos;
- O montante de amortizações do principal recebido durante o ano; e
- A taxa Libor de 6 meses, para empréstimos antigos ainda não convertidos à taxa SOFR, a taxa SOFR para empréstimos concedidos a partir de 1º de janeiro de 2022 e para empréstimos antigos em que os tomadores de recursos optaram por adotar a taxa SOFR, e a taxa de retorno operacional ou margem.

A receita de investimentos está diretamente ligada aos investimentos da liquidez (caixa e equivalentes de caixa), com vistas a reduzir os custos para manter a liquidez exigida. O Banco mantém liquidez para poder cumprir seus compromissos de desembolsos de empréstimos, o pagamento de suas obrigações por dívidas contraídas e, também, para arcar com seus custos de funcionamento durante período de 12 meses (ver Nota 6.5).

A tabela a seguir mostra a média dos ativos e passivos financeiros e as despesas administrativas, discriminando as receitas, despesas e a receita líquida:

	Em 31 de dezembro de					
	2022			2021		
	Saldo médio USD	Receitas/ (Despesas) USD	Retorno ³ %	Saldo médio USD	Receitas/ (Despesas) USD	Retorno ³ %
Empréstimos a receber	1.640.222	75.513	4,60	1.385.548	42.221	3,05
Investimentos ¹	546.226	2.289	0,42	455.711	4.807	0,98
Caixa e equivalentes de caixa ¹	47.955	-.-	-.-	80.149	-.-	-.-
Ativos financeiros	2.234.403	77.802	3,48	1.921.408	47.028	2,45
Dívidas	(953.363)	(25.176)	(2,64)	(747.533)	(10.949)	(1,46)
Ativos financeiros líquidos	1.281.040	52.626	4,11	1.173.875	36.079	3,08
Provisões e outros encargos ²		5.599	0,44		(2.957)	(0,25)
Despesas administrativas		(10.610)	(0,83)		(9.092)	(0,78)
Ativos financeiros líquidos	1.281.040	47.615	3,72	1.173.875	24.030	2,05
Patrimônio líquido	1.266.949	47.615	3,76	1.157.299	24.030	2,08

¹O saldo médio dos investimentos em 31 de dezembro de 2022 inclui USD 124.482 reclassificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras por corresponder a investimentos que têm prazo de vencimento de até 90 dias (2021 – USD 65.369).

²Provisões e outros encargos

	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Provisão para perdas por desvalorização dos empréstimos – Nota 8.4	(1.171)	(2.599)
Depreciação	(365)	(379)
Diferenças cambiais – lucros/perdas	(69)	(41)
Participação de fundos especiais em receitas por investimentos	(180)	(23)
Juros s/arrendamentos	(6)	-.-
Outras receitas	7.390	85
Total provisões e outros encargos	5.599	(2.957)

² Os rendimentos são apurados com base nas receitas/despesas reais no final do exercício, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo final do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por dois, de forma que podem ser diferentes da média real.

NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente a todos os anos apresentados.

4.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento das Normas Internacionais de Relatório Financeiro

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS, na sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (IFRIC, na sigla em inglês) aplicáveis às entidades sujeitas às normas IFRS e que cumprem as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, na sigla em inglês).

O Banco apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme a ordem de liquidez. Ativos e passivos são apresentados de acordo com sua recuperação ou liquidação nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (circulantes) e para além de 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não circulantes), conforme a Nota 13.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Investimentos disponíveis para venda, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA).
- Investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, mensurados a custo amortizado e ajustados a valor justo, por meio da aplicação de provisão para perdas potenciais por desvalorização, nos casos em que esta seja menor.
- Dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas de juros diferentes da taxa de juros de referência adotada pelo Banco para financiamentos a seus países membros, bem como as operações de cobertura (*hedge*) cambial e de taxas contratadas pelo Banco com suas contrapartes, que estão mensuradas a valor justo por meio do resultado do período.
- Propriedades mensuradas a valor justo.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não adotou de forma antecipada nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida pela Junta de Normas Internacionais de Contabilidade e cuja data de implementação efetiva seja posterior a 31 de dezembro de 2022.

(iv) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não adotou de forma antecipada nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida pela Junta de Normas Internacionais de Contabilidade e cuja data de implementação efetiva seja posterior a 31 de dezembro de 2022.

A Junta de Normas Internacionais de Contabilidade emitiu em 2022 algumas alterações e normas específicas. Entre as alterações emitidas incluem-se as referidas ao IAS 8 “Estimativas Contábeis”, que esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, assim como as alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*, “Divulgação de Políticas Contábeis”, que orienta a aplicação do critério de materialidade na determinação das divulgações sobre políticas contábeis. Essas alterações são aplicáveis aos exercícios que se iniciam em 1º de janeiro de 2023.

4.2 Informações sobre segmentos

Baseado na análise de suas operações, o Banco determinou que possui apenas um segmento operacional, que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países membros.

O Banco avalia periodicamente seu desempenho e sua posição financeira de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

4.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações que os constituem, são mensurados usando o dólar estadunidense, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera o Banco (moeda funcional).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar estadunidense e, em geral, referem-se a despesas administrativas incorridas na sede principal do Banco, ou em seus escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos em Assunção, no Paraguai, Buenos Aires, na Argentina, Montevideú, no Uruguai, e Brasília, no Brasil. Os ganhos e perdas por diferenças cambiais associados a despesas administrativas são apresentados na demonstração de resultados numa base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos e passivos financeiros, tais como investimentos e empréstimos, são denominados em dólares estadunidenses, com exceção dos títulos denominados em francos suíços e o saque denominado em euros, no contexto da linha de crédito captada em dezembro de 2022 junto à AFD, os quais foram trocados por dólares estadunidenses. O Banco não mantém passivos financeiros em moedas diferentes do dólar estadunidense, portanto, não há diferenças cambiais a eles relacionadas.

Com exceção de pequeno número de bens e serviços relativos a despesas administrativas denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a maioria das despesas operacionais do Banco são incorridas na moeda funcional e registradas ao seu valor justo. Apenas é mantida disponível pequena importância em moeda local na sede do Banco e em cada escritório de ligação para pagar os custos dos bens e serviços nesses locais. Essas quantias são traduzidas para a moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data na qual é estabelecido seu valor justo. As diferenças cambiais em ativos e passivos mensurados a valor justo são apresentadas junto com ganhos e perdas a valor justo.

4.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e sobre investimentos a seu custo amortizado é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva. As outras receitas referem-se à gestão de empréstimos, que consistem em taxas de administração e de empenho ou serviço. Essas taxas referem-se aos serviços de supervisão e vigilância prestados pelo Banco e por assegurar a seus tomadores de recursos que os fundos estarão disponíveis para utilização durante o período contratualmente estabelecido e são reconhecidas como receitas, de acordo com o estabelecido na IFRS 15.

O Banco reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é possível que os benefícios econômicos sejam favoráveis. O Banco baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de tomador de recursos e as especificações de cada um dos acordos assinados.

4.5 Arrendamentos

Contratos de arrendamento por prazos de até 12 meses que não incluem opção de compra são reconhecidos como despesa com base no método da linha reta ao longo do prazo do contrato respectivo.

Todos os contratos de arrendamento são inicialmente reconhecidos como ativo, com base no direito de uso, e como passivo pelo valor total da locação a ser pago ao longo do contrato. O direito de uso é mensurado inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento somado a quaisquer custos indiretos incorridos. Após o início da locação, o Banco deve mensurar o ativo de direito de uso do bem alugado com base no modelo baseado em custos.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa e depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de até 90 dias, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de alterações no valor.

4.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente a valor justo e, posteriormente, é mensurada a seu custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, ver Nota 8.4.

4.8 O modelo de negócios e seu efeito em ativos e passivos financeiros

A classificação, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco são determinados por seu modelo de negócios. A arquitetura do modelo de negócios foi projetada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados na integração e no desenvolvimento socioeconômico. O Banco, como qualquer outro banco multilateral de desenvolvimento (BMD), financia seu programa de empréstimos por meio da combinação de fundos provenientes de subscrições de capital em dinheiro integralizadas por seus países membros, capital autogerado por acumulação de receitas líquidas e realizadas e dívidas assumidas por meio da emissão de títulos e empréstimos contratados com outros BMDs e instituições financeiras internacionais. O capital do Banco é composto por capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar. O capital a realizar é subscrito e comprometido pelos países membros, que assumem o compromisso de integralizar esse capital no caso de emergência ou catástrofe que impeça o acesso do Banco aos mercados de capitais ou de captar financiamentos de outros BMDs, agências ou instituições bilaterais de cooperação internacional para cumprir suas obrigações financeiras.

Um dos elementos-chave no modelo de negócios do Banco é sua habilidade de manter sua relevância. A relevância do Banco é medida por meio de sua capacidade de mobilizar recursos, tanto por meio de seus financiamentos como de recursos de cooperação técnica, suficientes para ajudar seus países membros com suas necessidades de desenvolvimento.

Para cumprir sua missão, os BMDs devem aumentar continuamente seu capital por meio do aumento de sua capacidade de empréstimo ao longo do tempo. Com esse propósito, em média, a cada 5 a 7 anos, os BMDs podem realizar aumento de capital consistente em capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar e, em alguns casos, também por meio da adição de novos membros.

A capacidade de empréstimo é determinada por meio do capital a realizar de membros com nota de risco de crédito com grau de investimento, como é o caso dos primeiros e mais antigos BMDs com membros no âmbito mundial, ou por meio da aplicação de multiplicador sobre o patrimônio, como é o caso dos BMDs contemporâneos e das instituições regionais de desenvolvimento, como o Banco.

No caso do Banco, a capacidade de empréstimo é medida com base em multiplicador de três vezes o montante do patrimônio líquido.

Com base na sua estrutura de capital, pela qual no final do período de subscrição e integralização do último aumento de capital, atingirá em torno de 45% de capital a pagar em dinheiro e 55% de capital a realizar, o Banco precisa captar recursos de terceiros para financiar parte dos desembolsos de empréstimos concedidos. A capacidade máxima de endividamento do Banco também é determinada com base em multiplicador de duas vezes o montante do patrimônio mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos concedidos a seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e denominados em dólares estadunidenses e incorrem em juros com base na taxa de referência dos empréstimos, mais *spread*. No âmbito da política prudencial de gestão de riscos do Banco, nos casos em que as dívidas são contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxa de juros é diferente da taxa de referência dos empréstimos, o Banco utiliza instrumentos de cobertura (*hedge*) com o único propósito de minimizar o risco de exposição a diferenças cambiais e a variações na taxa de juros, e não para fins especulativos. Esses derivativos são designados operações de cobertura a valor justo. Por meio desses derivativos, o Banco troca a moeda em que contraiu a dívida original e sua taxa de referência, convertendo-as em dívida em dólares estadunidenses e a taxa de juros à taxa de referência utilizada nas operações de empréstimo. Dessa forma, o Banco neutraliza econômica e financeiramente a exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

O Banco mantém liquidez com vistas a garantir sua habilidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para dar conta das despesas operacionais e dos investimentos de capital planejados que se espera incorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício fiscal. As disponibilidades são investidas apenas para reduzir os custos de manter o nível de liquidez requerido pelas políticas do Banco.

As principais divulgações que fazem parte integral destas demonstrações financeiras apresentam informações específicas a respeito de cada um dos ativos e passivos financeiros importantes do Banco, bem como informações adicionais a respeito de seu modelo de negócios e como este modelo determina a forma pela qual ativos e passivos são classificados, mensurados, reconhecidos e divulgados, assim como o momento oportuno para fazê-lo.

(i) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos tenham sido adquiridos. O Banco classifica seus investimentos em duas carteiras diferentes. Uma na qual os investimentos podem ser vendidos a qualquer tempo antes do vencimento de seu contrato e outra na qual os investimentos são adquiridos com a intenção de serem mantidos até seu vencimento contratual. A classificação dos investimentos em qualquer uma das carteiras é determinada com base nas exigências do processo de planejamento da liquidez e outros fatores relevantes. O Banco determina a classificação de seus investimentos no momento de sua aquisição e reconhecimento.

Os investimentos mantidos até seu vencimento são mensurados ao menor valor entre seu custo amortizado e seu valor justo e estão sujeitos à revisão, no mínimo anualmente, de forma a validar a razoabilidade. Os investimentos classificados para venda são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Nota 8 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativo financeiro.

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mantidos a custo amortizado (carteira de empréstimos e investimentos):** são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes apenas do pagamento do capital e dos juros, não sendo classificados na categoria de “ativos financeiros a valor justo por meio do resultado”, e são mensurados a custo amortizado. Os saldos desses ativos são avaliados periodicamente em relação ao seu risco de crédito. Caso ocorra degradação da qualidade creditícia, o Banco registra provisão para perdas esperadas. Essas provisões são reconhecidas e apuradas de acordo com o descrito nesta nota em (v) “Redução ao valor recuperável de ativos”.
- **Ativos financeiros mantidos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes de capital e juros e da venda dos ativos, que são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não são classificados na categoria de “ativos financeiros a valor justo por meio do resultado”.
- O Banco não detém ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.
- Os derivativos resultantes da operação de *swap* cambial e de taxa são contraídos como parte da estratégia integral de riscos para a cobertura do risco da taxa de juros e taxa de câmbio de moeda estrangeira e são associados à captação de dívida em moedas diferentes do dólar estadunidense ou que cobram juros com base em taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo do Banco. A taxa de juros de referência para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2021, e que não tenham ainda sido convertidos à taxa SOFR composta, é a taxa Libor de 6 meses. Para todos os empréstimos acolhidos no programa voluntário de conversão da taxa de referência, e para todos os contratos de empréstimo aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022, a taxa de referência é a SOFR composta. Os derivativos foram classificados como operações de cobertura dos fluxos de caixa esperados e são considerados totalmente efetivos. Considerando o direito do Banco de compensação no caso de descumprimento pela contraparte, as alterações no valor justo dos derivativos contratados são apresentadas de forma líquida, junto com a garantia recebida da contraparte, fazendo parte do ativo, sob o título “derivativos” no balanço patrimonial. Os títulos são mensurados a custo amortizado no saldo de dívida no balanço patrimonial. As alterações no valor justo da operação de *swap* cambial e de taxa de juros fazem parte de outros resultados abrangentes (ver notas 2; 4.10 e 8.5 (ii)).

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros diferentes dos empréstimos podem ser reclassificados em categoria diferente de “investimentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, com base no modelo de negócios usado para gerir os ativos financeiros ou com base nas características dos fluxos de caixa contratuais associados a esses ativos.

O Banco reclassifica ativos financeiros apenas quando o modelo de negócios é alterado. No caso de reclassificações, elas são realizadas e informadas no período no qual elas ocorrem. Este tipo de alterações é pouco frequente, não tendo ocorrido nenhuma neste exercício.

(iii) Reconhecimento e baixa

A geração, compra e venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Banco gera, compra ou vende os ativos. A baixa de ativos financeiros ocorre no momento da expiração dos direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros ou da transferência dos benefícios ou riscos da propriedade desses ativos.

(iv) Mensuração

No início da transação, o Banco mensura os ativos financeiros a valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente mensurados a custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os investimentos disponíveis para venda são avaliados pelo valor justo, e perdas e ganhos como resultado de alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando perdas e ganhos são reclassificados como parte do lucro operacional. Os juros gerados a partir dos ativos financeiros mensurados a valor justo, mantidos a seu custo amortizado, e empréstimos são apurados usando o método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como parte das receitas operacionais.

A Nota 8.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Perdas por desvalorização

O Banco avalia a possibilidade de desvalorizações potenciais de um ativo financeiro específico ou de um grupo de ativos financeiros. O Banco determina a adequação de sua provisão para risco de perdas potenciais em empréstimos, usando metodologia padrão adotada pelos principais BMDs, considerada boa prática. A metodologia usada quantifica a perda esperada com base nos seguintes fatores: (i) a exposição máxima ao risco de inadimplência (*default*), (ii) a probabilidade de inadimplência e (iii) a perda máxima esperada no caso de inadimplência. Embora o Banco aplique a mesma fórmula, os valores que assume cada fator são diferentes para a carteira de empréstimos concedidos com garantia soberana e sem garantia soberana.

Para a carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de risco de inadimplência (*default*) pelos países membros com base na classificação mais recente de risco de crédito atribuída por três das agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas.

Para empréstimos sem garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de inadimplência (*default*), usando a classificação de risco de crédito mais recente emitida por uma das agências reconhecidas internacionalmente, ajustada pela nota de risco de crédito desenvolvida internamente pelo Banco.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuïrem, e essa diminuição estiver ligada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento dessa desvalorização (como a melhoria na capacidade creditícia do devedor), as perdas por desvalorização antes contabilizadas podem reverter-se por meio da demonstração do resultado do exercício.

A cobrança de juros e taxas por empréstimos é descontinuada uma vez transcorridos mais de 180 dias do vencimento do serviço do empréstimo sem que ele tenha sido pago. O montante de juros e taxas a receber por empréstimo declarado em estado de moratória manter-se-á dessa forma até que o empréstimo seja declarado quitado pelo Banco. Para quitar o empréstimo é necessário que o tomador de recursos pague a totalidade dos montantes devidos ao Banco e confirme ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o inadimplemento em tempo e forma de suas obrigações referentes a empréstimos concedidos pelo Banco.

A Nota 8.4 – (iii) apresenta explicação detalhada desta metodologia, bem como da determinação da provisão para desvalorização de empréstimos.

A desvalorização esperada no valor de investimentos disponíveis para venda avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) faz parte do valor de mercado.

Além disso, e no caso de investimentos mensurados a custo amortizado, o Banco avalia potenciais perdas por desvalorização no valor dos investimentos fazendo a revisão das mudanças na classificação de risco de crédito do emissor, de forma a estabelecer se elas são temporárias ou mostram desvalorização permanente. Nesse caso, o Banco ajustará o valor justo reconhecendo provisão regularizadora do valor do investimento por meio do resultado do exercício.

Para investimentos mantidos até o vencimento, mensurados a custo amortizado, o Banco estima as perdas por desvalorização esperadas por meio da comparação do preço bruto e o preço de mercado para cada investimento mantido em carteira, referente a seu valor contábil, reconhecendo as perdas potenciais por desvalorização com base na diferença entre o valor contábil e o preço de mercado, na medida em que o último seja inferior ao valor contábil.

Exceto pela determinação da suficiência do montante da provisão para perdas esperadas em empréstimos com e sem garantia soberana e para os efeitos de estimar o montante de perdas de crédito esperadas (PCE) em outros ativos financeiros, segundo suas políticas internas, o Banco classifica seus instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), numa das seguintes etapas:

Etapa 1: inclui os instrumentos cujo risco de *default* não aumentou de forma significativa desde seu reconhecimento inicial e cuja desvalorização a incorrer for igual à PCE nos próximos 12 meses.

Etapa 2: inclui todos os ativos cuja qualidade de crédito sofreu mudança significativa desde seu reconhecimento inicial, mas que ainda não sofreram desvalorização.

Etapas 3: inclui ativos que atingiram ou estão prestes a atingir seu vencimento, cuja qualidade de crédito sofreu desvalorização significativa, bem como empenhos de empréstimo ou garantias financeiras cujo desembolso é provável e sua cobrança, duvidosa.

Classificação em etapas: Imediatamente depois do reconhecimento inicial de um ativo financeiro, a determinação da deterioração de sua qualidade de risco de crédito e de seu grau é estimada com base nos seguintes critérios:

- O prazo contratualmente estabelecido para as amortizações de principal ou de juros venceu há mais de 180 dias;
- Há queda significativa na classificação de risco de crédito do ativo;
- A qualidade de crédito do ativo sofreu deterioração.

(vi) Realização de receita

As receitas de juros derivadas da aplicação da taxa de referência e a margem operacional em empréstimos são reconhecidos por meio da taxa de juros efetiva. No caso de empréstimos em estado de moratória, e de acordo com o indicado em (v) acima, o Banco reverte a totalidade das receitas geradas e não cobradas e deixa de reconhecer juros e taxas. Além disso, avalia a potencial desvalorização do principal da dívida e diminui seu valor por meio do registro de provisão até a ocorrência com a estimativa de seu valor recuperável. Considera-se que um empréstimo está inadimplido quando a análise das informações disponíveis e dos eventos atuais indicam que existe a probabilidade de que o Banco não possa recuperar o valor total do capital e dos juros devidos, de acordo com os termos contratuais do empréstimo.

4.9 Propriedades e equipamentos

As propriedades são reconhecidas por seu valor contábil, que incorpora o resultado de reavaliações, que, por sua vez, é contabilizado em outros resultados abrangentes e acumulado nas reservas no patrimônio. Na medida em que o aumento do ativo por reavaliação tenha sido anteriormente revertido por meio da demonstração de resultados, o aumento posterior deve ser reconhecido também por meio da demonstração de resultados. As diminuições que venham a reverter os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos são reconhecidas, inicialmente, em outros resultados abrangentes, na medida em que existam excedentes por reavaliação atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são registradas na demonstração de resultados.

Os equipamentos são contabilizados a custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são reconhecidos como ativo separado, apenas perante a probabilidade de existência de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e quando seus custos podem ser mensurados de forma confiável. Os valores contábeis de qualquer componente são contabilizados como item separado. Ao serem substituídos, faz-se sua baixa pelo custo líquido da depreciação acumulada. Os custos de consertos e manutenções são contabilizados na demonstração de resultados no período ou nos períodos nos quais são incorridos.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo Banco são apresentados na Nota 9.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se for o caso, no final de cada gestão. Os valores contábeis dos ativos são ajustados a seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassa seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil e o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na demonstração de resultados. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Banco transferir os montantes incluídos em outras reservas para os resultados acumulados.

4.10 Passivo financeiro

Os passivos financeiros consistem-se em dívidas contraídas para financiar desembolsos esperados em empréstimos e instrumentos derivativos contratados, que fazem parte integral da estratégia de proteção do Banco, para administrar de forma eficaz o risco de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense. O valor justo dos instrumentos classificados como cobertura dos fluxos de caixa explica-se na Nota 8.5.

No início da operação de cobertura, o Banco documenta o objetivo de gestão de riscos e sua estratégia, bem como a relação econômica entre os instrumentos de cobertura contratados e os ativos e passivos a serem cobertos, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* contratados irão compensar as alterações nos fluxos de caixa dos ativos e passivos cobertos.

A seguir, incluímos explicação das dívidas contratadas e dos instrumentos derivativos contratados como parte das operações de cobertura e das políticas contábeis utilizadas em relação a eles.

Dívidas: As dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense, que é a moeda funcional do Banco, e a taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimos são inicialmente reconhecidas por seu valor ou preço de compra líquido das despesas incorridas na transação e, posteriormente, mensurados a valor justo. A diferença entre o valor justo da dívida e seu custo amortizado é reconhecida em outros resultados do exercício junto com a diferença líquida entre as operações de cobertura a receber e a pagar, que também estão mensuradas a valor justo. Essas diferenças correspondem a mudanças nas taxas de câmbio e de juros e não se espera que afetem os fluxos de caixa futuros nem que resultem em perdas ou lucros, já que convergem a zero no momento do vencimento da dívida original, oportunidade em que o Banco troca com suas contrapartes os fluxos de caixa, saldando a dívida original e seus direitos e obrigações em relação aos derivativos a receber e a pagar.

As dívidas contratadas em dólares estadunidenses e à taxa de referência dos empréstimos são inicialmente reconhecidas a valor ou preço de compra e posteriormente mensuradas a custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor deste passivo reconhecido inicialmente e o valor pago efetivamente é contabilizada na demonstração de resultados com base no método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de cobertura: Os derivativos são utilizados unicamente para cobrir o risco de taxa de juros e de câmbio associados aos três títulos emitidos no mercado suíço, denominados “FONPLATA24”, “FONPLATA26” e “FONPLATA28”, e outros passivos originalmente contraídos em outras moedas distintas do dólar ou em dólares à taxa fixa (ver notas 2 e 8.5 (ii)).

Os derivativos acarretam risco de mercado e de crédito. O risco inerente de mercado de instrumento derivativo consiste na variação potencial da taxa de juros, da taxa de câmbio ou de outros fatores e está relacionado com a natureza e o tipo de instrumento, o volume de transações, seu teor e outros termos próprios de cada contrato, bem como a volatilidade do valor nocional base do contrato.

O risco de crédito inerente é a possibilidade de que a contraparte da operação de *swap* não cumpra seu compromisso de integralizar as garantias necessárias para recuperar o montante devido.

O Banco mitiga o risco de crédito em seus instrumentos financeiros derivativos por meio de transações com contrapartes altamente qualificadas, com classificação de crédito de grau de investimento, e assinando acordo mestre ISDA juntamente com anexo de suporte de crédito associado (CSA, na sigla em inglês), que prevê a compensação de saldos com suas contrapartes.

O Banco documenta formalmente sua relação e seu objetivo de gestão de riscos, bem como sua estratégia de cobertura para a contratação do instrumento financeiro derivativo, incluindo o grau de eficácia do instrumento derivativo para compensar os riscos a serem cobertos. Além disto, o Banco documenta o resultado desta estimativa de eficácia, que é realizada de forma prospectiva e retrospectiva, incluindo descrição do método usado para medir o grau de ineficácia do instrumento derivativo.

Este processo inclui relacionar todos os derivativos classificados a valor justo, fluxo de caixa ou de moeda estrangeira com o balanço geral ou com compromissos vinculantes ou com transações orçamentárias.

O Banco monitora, logo no início, a operação de cobertura até seu vencimento, analisando a eficácia dos derivativos utilizados como *hedge*, neutralizando as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens a serem cobertos, dos compromissos vinculantes ou das transações projetadas, conforme o caso.

As alterações no valor justo de um derivativo, junto com as alterações no valor da dívida original objeto da cobertura contratada são registradas em “Outras receitas e encargos” na demonstração do resultado do exercício, como perda ou lucro líquido.

O Banco tem, em virtude dos Contratos Mestre ISDA assinados com suas contrapartes, a possibilidade e a intenção de trocar os fluxos contratados ao vencimento da dívida. Além disso, o Banco espera que suas contrapartes honrem sua obrigação e não antecipa inadimplência da parte delas.

A parte ineficaz das alterações no valor justo do instrumento derivativo classificado como cobertura dos fluxos de caixa é registrada na demonstração de resultados como custos de dívidas assumidas no período.

O Banco descontinua o tratamento de contabilidade de cobertura, quando determina que esse tratamento deixou de ser eficaz para compensar as alterações nos fluxos de caixa do item coberto, ou no vencimento do derivativo ou quando ele é vendido, rescindido ou executado, ou quando o ativo coberto ou o passivo expira, é vendido, rescindido ou executado, ou quando o derivativo não é classificado como instrumento de cobertura porque é pouco provável que uma transação projetada venha a ocorrer, ou se a Administração determinar que a classificação de derivativo como cobertura de um item já não é apropriada.

4.11 Outros passivos e obrigações

Estes montantes representam passivos referentes a bens e serviços fornecidos ao Banco antes da data de encerramento, que ainda não foram pagos. Os outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

4.12 Fundos especiais

Estes montantes representam passivos por investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. As obrigações destes passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas quando os Fundos especiais solicitam dinheiro em espécie ao Banco. Estes passivos são reconhecidos inicialmente a valor justo e, posteriormente, mensurados a custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A Nota 8.6 explica detalhadamente os fundos especiais e seu propósito, a saldo devedor de cada um em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

4.13 Outros benefícios a funcionários

Estes montantes representam as obrigações com o quadro de pessoal do Banco, sob o Fundo de Pensão (PAC). Este passivo é pago aos funcionários no momento do encerramento do vínculo empregatício com o Banco. A contribuição realizada anualmente pelo Banco sobre a poupança voluntária dos funcionários está sujeita à retenção com base no tempo de serviço dos participantes. Os montantes retidos em conformidade com as percentagens de retenção estabelecidas no PAC são diferidos e reconhecidos nos resultados do período, na medida em que os funcionários cumprem com o tempo de serviço exigido para usufruir da totalidade do benefício oferecido pelo PAC. A nota 8.6 – c) apresenta explicação detalhada do passivo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

4.14 Capital

O capital autorizado consiste em ações de capital a pagar em dinheiro e em ações de capital exigível. O capital a pagar em dinheiro representa a porção do capital autorizado que deve ser subscrito e integralizado pelos países membros.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), que exigem que a Presidência-Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam os montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são considerados razoáveis na conjuntura atual.

Esta nota oferece panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, respectivamente, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam as demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam a elaboração das demonstrações financeiras do Banco estão relacionadas à:

- Estimativa da probabilidade de que os tomadores de recursos desembolsem o total dos financiamentos aprovados durante o período estabelecido contratualmente é incerta, o que determina o reconhecimento da taxa de empenho ou de serviço de forma linear durante o período de desembolso – Nota 4.4.
- Estimativa da provisão para desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 8.3 – (ii).
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 8.4 – (iii).
- Estimativa da eficácia dos derivativos mantidos para a cobertura de fluxos de caixa – Nota 8.5 – (ii).

NOTA 6 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do Banco a riscos financeiros e como esses riscos poderiam impactar seu desempenho financeiro futuro.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de riscos
Risco de mercado – Moeda estrangeira	Com exceção das emissões de títulos denominados em francos suíços e uma dívida	Orçamento de fluxo de caixa	Todas as transações de empréstimos e investimentos, bem como os passivos relevantes apresentados nas
	com a AFD contraída em euros, que foram efetivamente cobertos por meio de operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros, como informado nas Notas 2; 4.10 e 8.5 – (ii), 99,9% dos ativos e passivos financeiros do Banco são denominados em dólares estadunidenses (moeda funcional) e 47% dos passivos financeiros antes das operações de <i>swap</i> são denominados em dólares estadunidenses.		demonstrações financeiras foram ajustados ou contratados em dólares estadunidenses. O Banco assinou contratos mestres de compensação executáveis sob a convenção da ISDA, com direito a compensar com a JPM e com o CS, respectivamente. Com base nesses contratos, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial para compensar o risco de exposição à variabilidade nas taxas de juros e de câmbio, associadas às emissões de títulos no mercado suíço, e um saque de EUR 8.000, em dezembro de 2022, da linha de crédito de EUR 30.000 recebida da AFD. Esses derivativos são parte integrante do processo de gestão de riscos do Banco, projetado para minimizar a exposição a riscos financeiros e, portanto, foram classificados como cobertura a valor justo dos fluxos de caixa utilizados em desembolsos de empréstimos.
Risco de mercado: risco da taxa de juros	Risco de exposição a flutuações das taxas de juros ativa e passiva aplicáveis aos empréstimos e às dívidas do Banco.	Análise de sensibilidade.	O Banco estabeleceu políticas para a determinação das taxas de juros com vistas a mitigar os possíveis efeitos das flutuações nas taxas de juros, bem como o impacto negativo associado a possíveis desajustes na duração da carteira de empréstimos e da dívida contraída para financiá-los.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de riscos
	Como explicado nas Notas 2, 4.10 e 8.5 – (ii), em 13 de março de 2019, 3 de março de 2021 e 1º de dezembro de 2021, o Banco emitiu títulos denominados em francos suíços de 5 anos, 5 1/2 anos e 7 anos, respectivamente, à taxa fixa.		As possíveis exposições decorrentes da emissão dos três títulos denominados em francos suíços à taxa fixa são administradas com eficácia
	Para cobrir tanto o risco de juros e de câmbio, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial e de taxas de juros com o JPM e o CS, respectivamente, os acordos mestres de compensação executáveis sob a convenção da ISDA e os anexos de suporte de crédito (CSA), que preveem direito de compensação. Ademais, o Banco contratou com o DB operações de <i>swap</i> de taxa para mudar a taxa Term SOFR, aplicável aos saques realizados em dezembro de 2022 por meio linha de crédito mantida com o CAF, pela SOFR composta, que é a taxa de referência das operações de empréstimo.		por meio das operações de <i>swap</i> cambial. Além disso, a possível exposição derivada da captação de empréstimo junto ao CAF à taxa Term SOFR e de um saque realizado junto à AFD, denominado em euros à taxa Euribor, foram cobertas pelas operações de <i>hedge</i> cambial e de taxa, respectivamente. Esses <i>swaps</i> cambial e de taxa foram planejados para substituir a dívida captada em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos, que é a taxa SOFR composta, pelo dólar estadunidense e a taxa SOFR composta, de forma a coincidir com a estrutura de taxas aplicável a todos os empréstimos aos países membros. Portanto, elimina-se de forma eficaz a exposição ao risco de variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio.
Risco de mercado – Preço das ações	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Todos os investimentos consistem em títulos e certificados de depósito, que de acordo com o modelo de negócio do Banco,	Análise de sensibilidade baseada nas mudanças da taxa de juros para títulos disponíveis para venda, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Os títulos classificados na carteira como disponíveis para venda são monitorados periodicamente. O Banco não participa da carteira de

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de riscos
	classificam-se ou como investimentos disponíveis para a venda ou para serem mantidos até o vencimento.	(VJORA), e baseada nas alterações da classificação de risco de crédito do emissor para títulos mantidos até o vencimento mensurados a custo amortizado.	negociação nem de atividades de negociação.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, investimentos a valor de mercado com alterações em ORA, investimentos a custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos para a cobertura de fluxos de proteção de dívida.	- Análise de áreas em função da duração de empréstimos, derivativos, títulos e outros instrumentos. - Análise do risco de crédito. - Provisão para empréstimos.	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para investimentos a valor de mercado e investimentos a custo amortizado. Limites de concentração do risco de crédito aplicados aos países membros e aos empréstimos sem garantia para sociedades de economia mista. Sem empréstimos do setor privado.
Risco de liquidez	Dívidas, outros passivos e obrigações com fundos especiais.	Previsões de fluxo de caixa	Disponibilidade de fundos necessários para cumprir as obrigações e compromissos para período mínimo de 12 meses seguintes à data das demonstrações financeiras.

O Banco administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos. Esta política abrange os riscos financeiros de mercado e taxa de juros, os riscos operacionais e os riscos estratégicos. A gestão integral de riscos do Banco está focada em garantir que os riscos sejam mantidos permanentemente nos parâmetros estabelecidos. Esses parâmetros são estabelecidos nas políticas financeiras do Banco e refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. A gestão integral de riscos está focada em evitar os riscos que vão além do limite de tolerância do Banco e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Em linha com as boas práticas internacionais de gestão de riscos, o Banco adotou a classificação de riscos e definições utilizadas pelo *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC, na sigla em inglês – Escritório de Controladoria da Moeda dos EUA) e pelo Acordo de Basileia II.

A estratégia integrada de gestão de riscos do Banco baseia-se em modelo de projeção de seus fluxos de caixa e equivalentes nos prazos curto, médio e longo, bem como na projeção de seu balanço patrimonial

e receitas. Estas projeções são permanentemente revisadas e ajustadas aos valores reais obtidos e monitorados para projetar o montante de aprovações de empréstimos, desembolsos de empréstimos, dívidas para financiá-los, compromissos e obrigações, bem como o pagamento das despesas administrativas a serem incorridas para alcançar a receita líquida esperada e as exigências de liquidez.

6.1 Risco de moeda

A totalidade dos ativos financeiros, cerca de 99,9% de seu passivo, depois de considerar as operações de cobertura cambial e de taxa de juros, são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional do Banco. Portanto, as demonstrações financeiras do Banco não estão expostas a risco significativo diante de potenciais variações nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de taxa de juros

Os empréstimos do Banco, aprovados até 31 de dezembro de 2021, e que não tenham ainda sido convertidos à taxa SOFR composta, utilizam como taxa de juros de referência a taxa Libor de 6 meses mais *spread* fixo. Os empréstimos que foram convertidos, por opção do tomador de recursos, à taxa SOFR composta, além de *spread* fixo, têm ainda uma margem de correção SOFR. Os empréstimos aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022 têm como taxa de referência a taxa SOFR composta, mais *spread* fixo.

O *spread* fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando a atingir equilíbrio entre a acumulação de capital de longo prazo, de forma a garantir a autossustentabilidade do Banco, e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para seus países membros. O Banco aplica modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para administrar os resultados, que responde a horizonte de planejamento de médio e longo prazos. O modelo possibilita, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para dar conta de todos os fins estabelecidos em suas políticas financeiras e realizar, oportunamente, os ajustamentos no *spread* fixo diante de mudanças significativas nos pressupostos e estimativas utilizados. Esta exposição é medida e avaliada regularmente pelo Banco para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

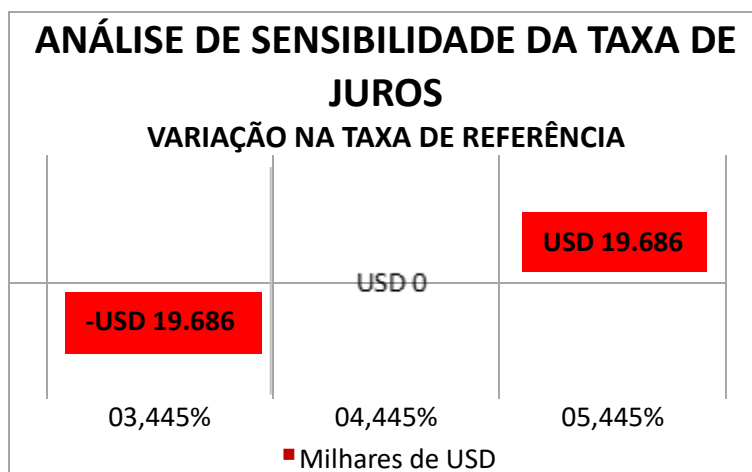
Em conformidade com a política de gestão de receitas e encargos financeiros, o Banco estabelece anualmente um *spread* fixo aplicável a novas operações de empréstimos para o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional). Para os empréstimos aprovados depois de 15 de março de 2022, a Diretoria-Executiva aprovou novas condições financeiras para empréstimos de risco soberano e não soberano (Resolução 1490/2022 da Diretoria-Executiva).

O Presidente-Executivo está habilitado para estabelecer taxas com *spreads* fixos diferenciados para empréstimos com prazos inferiores a 15 anos. Nesse sentido, para incentivar os tomadores de recursos a tomarem empréstimos com prazos menores, foram aprovadas taxas operacionais diferenciadas.

Para o Banco, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa de referência. O Banco realiza análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio como resultado de mudanças na taxa de referência.

O cálculo da análise de sensibilidade foi efetuado utilizando-se a média ponderada das duas taxas de referência que convivem nos balancetes dos empréstimos do banco, equivalente a 444,5 pontos base.

A análise apurou os valores máximo e mínimo para a taxa de referência média ponderada de 544,5 e 344,5 pontos base, respectivamente. Se ocorrer a variação positiva ou negativa de 100 pontos base, a receita líquida futura poderia aumentar ou diminuir USD 19.686, respectivamente.



6.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do Banco em decorrência de mudanças nas condições do mercado. O Banco administra os riscos de mercado, que impactam principalmente suas carteiras de investimentos e de empréstimos, aplicando medidas diversas para garantir que a exposição a riscos seja mantida dentro dos limites estabelecidos em suas políticas (ver Notas 4.8, 8.2 e 8.3, para mais detalhes).

Os investimentos do Banco visam assegurar o financiamento de desembolsos de empréstimos, o serviço e amortização de suas dívidas e o pagamento de suas despesas de funcionamento. Consequentemente, o Banco classifica seus ativos de investimento em duas carteiras diferentes, de acordo com seu propósito:

- **Investimentos disponíveis para venda:** consistem em títulos e outros valores que possuem valor de mercado e estão mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
- **Investimentos mantidos até o vencimento:** consistem em certificados de depósito e estão mensurados a custo amortizado ou valor justo, o que for menor.

Conforme assinalado na Nota 8.7, o Banco usa metodologia para a determinação do valor justo baseada em três níveis, conforme a disponibilidade de determinado valor de mercado. Com base nesta metodologia, o Banco faz a análise de sensibilidade de suas carteiras de investimentos para apurar as eventuais perdas máximas como resultado de mudanças nas taxas de juros dos investimentos registrados como disponíveis para venda, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e por mudanças na classificação de risco de crédito dos investimentos registrados na carteira de investimentos para serem mantidos até seu vencimento, mensurados a custo amortizado e regularizados a seu valor justo por meio de provisão, nos casos em que este último for menor.

O próximo quadro apresenta a exposição máxima a risco de perdas por alterações no preço dos investimentos classificados como investimentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), como resultado de variação de 100 pontos base na taxa de juros, e de perdas por desvalorização de um nível para a classificação de risco de crédito do emissor, para investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente:

Análise de sensibilidade dos investimentos						
Em 31 de dezembro de						
Carteira	2022			2021		
	Valor Contábil ¹	Perda Máxima	Variação	Valor Contábil ¹	Perda Máxima	Variação
	USD	USD	%	USD	USD	%
Investimentos disponíveis para venda até 12 meses – VJORA ²	293.759	1.136	0,39	192.965	444	0,23
Certificados a prazo fixo e depósitos a prazo ²	-.-	-.-	-.-	151.850	-.-	-.-
Total até 12 meses	293.759	1.136	0,39	344.815	444	0,13
Investimentos disponíveis para venda por mais de 12 meses – VJORA	45.091	947	2,10	159.823	1.046	0,65
Total superior a 12 meses	45.091	947	2,10	159.823	1.046	0,65
Total	338.850	2.083	0,61	504.638	1.490	0,30

¹ O valor contábil dos investimentos baseia-se no valor justo, para os investimentos disponíveis para venda, e no custo amortizado, para investimentos mantidos até o vencimento. A totalidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda e a maior parte dos investimentos mantidos até seu vencimento são negociados no mercado, portanto, seu valor justo é determinado com base no mercado (Nível 1). Para os investimentos mantidos até o vencimento que não são negociados regularmente no mercado, há transações recentes que oferecem base razoável para estimar seu valor justo a fim de compará-lo com seu custo amortizado (Nível 2). O Banco não tem instrumentos de investimento para os quais não seja possível estabelecer o valor justo nem que precisem da aplicação de modelos de mensuração (Nível 3).

² Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de investimentos disponíveis para a venda inclui títulos no valor de USD 13.760 e certificados de depósitos a prazo fixo originalmente classificados na carteira de investimentos mantidos até o vencimento, no valor de USD 169.836, que estão registrados em caixa e equivalentes de caixa por terem sido adquiridos com prazo de vencimento original de até 90 dias (2021 – USD 24.381 em títulos classificados na carteira de investimentos disponíveis para venda e USD 40.987 em certificados de depósitos a prazo fixo, classificados na carteira de investimentos mantidos até o vencimento). Para investimentos ao custo amortizado, o Banco avalia periodicamente se houve alterações na classificação de risco de crédito do emissor que evidenciem potencial desvalorização permanente no valor do investimento (ver Nota 4.8).

6.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição de carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital, que relaciona o montante de ativos financeiros ponderado por riscos com o total do patrimônio, assegura cobertura razoável de exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

Em 31 de dezembro de 2022, 96% do saldo de empréstimos a receber corresponde a financiamentos que contam com garantia de risco soberano dos países membros (2021 – 95%). O Banco começou a conceder empréstimos sem garantia soberana em 2020, com a aprovação da Diretoria-Executiva, que criou essa linha inicialmente dirigida a bancos de desenvolvimento e sociedades de economia mista nacionais e subnacionais. Desde seu início e até 31 de dezembro de 2022, foram aprovados USD 118.000, em quatro operações. Deste total aprovado, em 31 de dezembro foram desembolsados USD 82.000, e USD 6.000 foram recebidos como amortizações do principal, para um total a receber de USD 76.000 ao fim do exercício (2021 – USD 72.000) (Ver Notas 2 e 8.4 (i), para mais detalhes).

As políticas financeiras e o regulamento de empréstimos estabelecem as ações a serem tomadas com relação ao inadimplemento e aos saldos vencidos em empréstimos. Tais políticas e regulamentos fazem parte integral das cláusulas contratuais incluídas em todos os contratos de empréstimo. Além disso, o Banco usa uma metodologia para determinar a adequação de sua provisão para desvalorização potencial em empréstimos a receber e utiliza diferentes fatores com relação à sua carteira de empréstimos com e sem garantia soberana, como é explicado na Nota 4.8.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir adequada diversificação e combinação de fontes e prazos de vencimento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, a nota de classificação de risco média da carteira de investimentos do Banco manteve-se em AA+ e AA, ultrapassando a nota de classificação média exigida pela política de investimentos, de AA-.

6.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da entidade de cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis. O Banco mantém o nível de liquidez mínimo exigido, estabelecido em sua política de liquidez como o necessário para cobrir todos seus compromissos, incluindo os passivos mantidos nos fundos especiais (ver Nota 8.6), desembolsos de empréstimos, serviço de dívida e pagamento de despesas administrativas e de capital por período de 12 meses. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, o Banco não assumiu compromissos nem obrigações que pudessem gerar exposição ao risco de liquidez nos curto ou médio prazos.

A tabela a seguir mostra os ativos líquidos e os passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

	31 de dezembro de	
	2022	2021
	USD	USD
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	217.589	128.261
Investimentos – Notas 8.2 e 8.3	338.850	504.638
Liquidez bruta	<u>556.439</u>	<u>632.899</u>
Passivo financeiro		
Dívidas – Nota 8.5	975.343	926.741
Outros passivos – Nota 9.3	10.294	3.149
Fundos especiais – Nota 8.6	<u>22.635</u>	<u>21.891</u>
Total passivos	<u>1.008.272</u>	<u>951.781</u>

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,65 e 1,49 anos, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

NOTA 7 – GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

7.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de, por comissão ou omissão, ocorrer falha nos processos internos ou sistemas, que possa gerar perdas econômicas e financeiras. O Banco mantém organizados, atualizados e em funcionamento os procedimentos, as políticas e as práticas de gestão de operações, de forma a prevenir os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações e preparar o Banco para enfrentá-los. O Banco conta com governança e sistema de controle interno eficaz, bem como com normas de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais e jurídicos aplicáveis, de acordo com suas políticas e aquelas em vigor em seus países membros.

7.1.1 Mudança esperada da taxa de juros LIBOR de 6 meses à taxa de juros SOFR

Conforme explicado na Nota 6.2, até 31 de dezembro de 2021, a taxa de juros de referência usada pelo Banco era a taxa USD LIBOR de 6 meses, mais *spread*. A taxa LIBOR de 6 meses é apurada e publicada diariamente pela *ICE Benchmark Administration* (IBA), organização regulada pela *Financial Conduct Authority* (FCA), do Reino Unido. Em 2020, após consultas e da autorização da FCA, a IBA anunciou sua decisão de descontinuar a publicação da taxa LIBOR para 7 e 60 dias, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022. Anunciou, ainda, que os demais prazos da taxa LIBOR, incluindo a taxa USD LIBOR de 6 meses usada pelo Banco, serão descontinuados a partir de 1º de julho de 2023, em consulta e com a autorização do FCA. Esta mudança acarreta implicações para todas as transações que usam a taxa USD LIBOR de 6 meses como componente variável. No caso do Banco, para todas as operações de empréstimo e dívidas contratadas com outros BMDs e agências e para a parte variável de derivativos existentes.

O *Alternative Reference Rates Committee* (ARRC) é a organização encarregada de encontrar uma taxa de juros alternativa para substituir a taxa USD LIBOR. Em 2017, o ARRC, identificou a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa para substituir a taxa USD LIBOR. O *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque é o administrador da SOFR e produz e publica a taxa de juros diariamente, bem como as médias em diversos prazos e o chamado Índice SOFR. O ARRC emitiu recomendações sobre o uso da linguagem de *fallback*, da margem de ajuste USD LIBOR/SOFR e outras.

Assim, e da mesma forma que outras instituições multilaterais de desenvolvimento consideradas líderes, a partir do segundo semestre de 2020, o Banco adotou a linguagem de *fallback* em todos os contratos de empréstimo, optando por utilizar a taxa SOFR composta, a partir de 1º de janeiro de 2022.

Nesse sentido, com data de 1º de dezembro de 2022, o Banco implementou com êxito nova plataforma de administração de empréstimos prevista pelo SOPRA *Financial Services* (SFP). Esta plataforma vem sendo utilizada por outros BMDs líderes há mais de dois anos. A implementação foi levada a cabo sem necessidade de customização nem desenvolvimentos personalizados da funcionalidade oferecida pela SFP a outros BMDs, o que não apenas reduz o risco operacional, mas também diminui o custo de manutenção futuro. A plataforma é operada na modalidade de assinatura, exigindo pagamento anual para sua utilização.

7.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico — É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da entidade, da aplicação incorreta de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento em que atua. O Banco conta com Plano Estratégico Institucional (PEI), aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para possibilitar sua mensuração no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui resumo das realizações do exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do Banco resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para atingi-los, baseados na matriz de resultados estabelecida no PEI. Dessa forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo, de forma a avançar na conquista desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para o Banco, em termos do alcance das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento — É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa a reputação da entidade. O Banco é pessoa jurídica internacional regida por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos. O Banco conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável por *Compliance* e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam, de outra forma, desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação — É o risco derivado da opinião pública negativa, que impacta a capacidade da organização de estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade a processo ou gerar perda financeira ou afetar sua competitividade. Por meio da área de comunicações, o Banco faz o monitoramento regular deste risco e, da área de operações, faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até hoje, não há indícios deste risco para o Banco.

NOTA 8 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do Banco, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pelo Banco.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo o julgamento profissional usado e as incertezas que afetam as estimativas.

O Banco mantém os seguintes instrumentos financeiros ativos:

	<u>Nota</u>	<u>Ativos financeiros a valor justo¹</u> <u>USD</u>	<u>Ativos financeiros a custo amortizado</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
<u>31 de dezembro de 2022</u>				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	13.893	203.696	217.589
Investimentos a valor justo por meio de ORA ¹	8.2	340.224	-.-	340.224
Investimentos a custo amortizado ²	8.3	-.-	-.-	-.-
Carteira de empréstimos ³	8.4	-.-	1.772.578	1.772.578
<u>Subtotal</u>		<u>354.117</u>	<u>1.976.274</u>	<u>2.330.391</u>
Coberturas a valor justo	8.5	5	-.-	5
<i>Total ativos financeiros</i>		<u>354.122</u>	<u>1.976.274</u>	<u>2.330.396</u>
Passivo financeiro:				
Dívidas	8.5	(501.248)	(474.095)	(975.343)
Outros passivos	8.5	-.-	(10.294)	(10.294)
Fundos especiais	8.5	-.-	(22.635)	(22.635)
<i>Total passivo financeiro</i>		<u>(501.248)</u>	<u>(507.024)</u>	<u>(1.008.272)</u>
<i>Ativos financeiros líquidos</i>		<u>(147.126)</u>	<u>1.469.250</u>	<u>1.322.124</u>

		<u>Ativos financeiros a valor justo¹</u>	<u>Ativos financeiros a custo amortizado</u>	<u>Total</u>
	<u>Nota</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>
31 de dezembro de 2021				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	24.652	103.609	128.261
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	355.043	-.-	355.043
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-.-	151.961	151.961
Carteira de empréstimos ²	8.4	-.-	1.514.339	1.514.339
Subtotal		379.695	1.769.909	2.149.604
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa	8.5	694	-.-	694
Total ativos financeiros		380.389	1.769.909	2.150.298
Passivo financeiro:				
Dívidas	8.5	-.-	(926.741)	(926.741)
Outros passivos	8.5	-.-	(3.149)	(3.149)
Fundos especiais	8.5	-.-	(21.891)	(21.891)
Total passivo financeiro		-.-	(951.781)	(951.781)
Ativos financeiros líquidos		380.389	818.128	1.198.517

¹ As alterações no valor justo dos investimentos são registradas em ORA e as alterações no valor justo de dívidas relacionadas a coberturas a valor justo são registradas em outras receitas no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2022.

² Inclui juros e outras receitas de investimentos.

³ Inclui juros e outras receitas de empréstimos.

A exposição do Banco aos riscos ligados a instrumentos financeiros é apresentada na Nota 8.5 – (ii).

O nível máximo de exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, corresponde aos saldos acima registrados para cada um dos ativos financeiros mantidos.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Saldos em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Saldos em bancos	33.295	62.615
Depósitos a prazo fixo e títulos a curto prazo	184.294	65.646
Total	217.589	128.261

(i) Classificação de equivalentes de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalentes de caixa quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de sua aquisição. Da Nota 4.6 consta a política com relação à caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Investimentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem a títulos emitidos por emissores de alta qualidade e consistem em:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Títulos soberanos	245.920	225.943
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	89.455	111.201
Setor financeiro	1.948	13.587
Títulos do Tesouro da República Argentina	1.527	2.057
Subtotal	338.850	352.788
Juros acumulados a receber	1.374	2.255
Total	340.224	355.043

Na data da disposição dos investimentos, o saldo reconhecido nas “reservas de investimentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” faz parte da determinação dos resultados do exercício.

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, o Banco não mantinha investimentos com coligadas.

(ii) Classificação dos investimentos mantidos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando os fluxos de caixa contratuais desses ativos provêm apenas do capital e dos juros e o objetivo do modelo de negócios do Banco sobre esses ativos é atingido por meio da cobrança dos fluxos de caixa contratuais e da venda desses ativos.

(iii) Perdas por desvalorização

Ver Nota 4.8 para mais detalhes a respeito das políticas aplicáveis à apuração da desvalorização dos ativos financeiros e à exposição a ela.

(iv) Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco reconheceu perda líquida não realizada de USD 4.676, em sua demonstração dos resultados abrangentes (2021 – USD 9.699 de perdas não realizadas). Essas perdas não realizadas compõem-se de aumentos no valor de mercado dos investimentos disponíveis para venda de USD 1.191 (2021 – USD 3.927 de perdas) e USD 93 a título de redução da reserva de reavaliação técnica de propriedades como resultado da venda de salas comerciais localizadas no 3º andar da sede principal do Banco, em janeiro de 2022 (2021 – USD 28 a título de depreciação do exercício). Além disso, e de acordo com a decisão do Banco de registrar suas operações de *hedge* e da dívida original como operações a valor justo em 2022, o saldo mantido em resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021, de USD 5.744 por perdas por ajustes no valor das operações de *swap* cambial e de taxas de juros, foi registrado no resultado do exercício em 1º de janeiro de 2022 (ver Notas 4.10 e 8.5).

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

A Nota 8.7 apresenta informações importantes sobre os métodos e pressupostos usados na determinação do valor justo.

Todos os investimentos a valor justo são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

8.3 Investimentos a custo amortizado

Os investimentos classificados nesta categoria são certificados de depósitos e investimentos em títulos e obrigações, compostos da seguinte forma:

	31 dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Investimentos em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito (1)		
Soberanos	35.656	141.860
Organismos multilaterais de desenvolvimento	54.880	9.990
Entidades financeiras	79.300	-
Subtotal	169.836	151.850
Capital investido	169.836	151.850
Juros e taxas acumuladas a receber	564	111
Total	170.400	151.961

(1) Os investimentos consistem em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito no valor de USD 169.836, com prazos originais de até 90 dias, daí terem sido registrados como parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 40.987).

(i) Investimentos mantidos até o vencimento

O Banco considera investimentos mantidos até o vencimento a custo amortizado os ativos financeiros que são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é atingido pela obtenção de fluxos de caixa estipulados em contrato, em datas específicas, correspondentes a amortização do capital e pagamento de juros.

Com base nos resultados da estimativa realizada pelo Banco, referente à PCE dos investimentos mantidos a custo amortizado, o Banco determinou que seu valor contábil em 31 de dezembro de 2022 é inferior ao valor justo estabelecido com base no preço de mercado, portanto, nenhuma provisão foi realizada (2021 – Nenhuma).

(ii) Desvalorização e exposição ao risco

Em setembro de 2020, o Banco trocou os títulos emitidos pela República Argentina, que havia recebido na conversão, em 2005, por títulos série “USD 2038 L.A.” e “USD 2041 L.A.”, no seu valor nominal, que é o mesmo valor das series devolvidas na permuta. Consequentemente, esta conversão não gerou quaisquer ganhos ou perdas além da reclassificação em ORA do montante da provisão para perdas por desvalorização por perdas esperadas na posse de títulos PAR e DISCOUNT que, na data de liquidação, 8 de setembro de 2020, era de USD 3.852, compostos por USD 2.960, reconhecidos em 31 de dezembro de 2019, e USD 892, reconhecidos entre 1º de janeiro e 31 de agosto de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco vendeu títulos pelo valor de USD 203, realizando prejuízo de USD 210.

Os títulos recebidos na conversão foram classificados como investimentos disponíveis para venda e, portanto, mensurados a VJORA, refletindo a intenção do Banco de vendê-los no momento apropriado.

8.4 Carteira de empréstimos

A composição da carteira de empréstimos a receber por país membro é a seguinte:

<u>País</u>	31 de dezembro de	
	<u>2022</u> <u>USD</u>	<u>2021</u> <u>USD</u>
Argentina	490.462	403.808
Bolívia	395.009	355.393
Brasil	178.992	143.243
Paraguai	342.042	275.547
Uruguai	278.339	269.610
<i>Carteira de empréstimos bruta com garantia soberana (GS)</i>	1.684.844	1.447.601
<i>Carteira de empréstimos bruta sem garantia soberana (SGS)</i>	76.000	72.000
<i>Total carteira bruta</i>	1.760.844	1.519.601
Menos: Taxa de administração a creditar	(2.938)	(3.595)
<i>Subtotal carteira de empréstimos</i>	1.757.906	1.516.006
Menos: Provisão p/perdas por desvalorização potencial em empréstimos GS	(12.416)	(11.123)
Menos: Provisão p/ perdas por desvalorização potencial de empréstimos SGS	(1.094)	(1.217)
<i>Total Carteira líquida de empréstimos</i>	1.744.396	1.503.666

Os juros e taxas acumulados a receber relativos a empréstimos equivalem a USD 28.182, em 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 10.673).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, todos os empréstimos foram classificados no Nível 1. O saldo da provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u> <u>USD</u>	<u>2021</u> <u>USD</u>
Provisão no início do exercício de período ou ano GS ¹	11.123	8.491
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos GS	1.293	2.632
<i>Subtotal provisão GS</i>	12.416	11.123
Provisão no início do exercício de período ou ano SGS	1.217	1.250
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos SGS	(123)	(33)
<i>Subtotal provisão SGS</i>	1.094	1.217
<i>Provisão p/perdas p/desval. pot. de empréstimos</i>	13.510	12.340

¹O saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 foi ajustado pelo arredondamento ao milhar.

A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
<u>Prazo de vencimento</u>		
Até um ano	171.608	108.752
Um a dois anos	206.417	147.786
Dois a três anos	199.611	176.558
Três a quatro anos	176.313	169.383
Quatro a cinco anos	172.591	145.965
Mais de cinco anos	834.304	771.157
Total carteira de empréstimos bruta	1.760.844	1.519.601

Classificação da carteira de empréstimos

Cerca de 96% da carteira de empréstimos corresponde a empréstimos concedidos com garantia soberana do país membro. Desde 2020, o Banco começou a conceder financiamentos a bancos e sociedades de economia mista, em nível subnacional. O saldo pendente desses empréstimos representa cerca de 4,3% dos empréstimos brutos pendentes em 31 de dezembro de 2022 (2021 – 4,7%).

Os empréstimos com garantia soberana são aqueles nos quais os países membros reconhecem a condição de credor preferencial do Banco.

Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e seus respectivos termos, não constituem instrumentos derivativos. As cobranças de amortizações do principal respondem a montantes estabelecidos e os empréstimos não são comercializados em mercado ativo de valores. Como é explicado na Nota 13, o montante de amortizações do principal a ser recebido nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício é classificado como circulante e o saldo restante, como não circulante. As Notas 4.7 e 4.8 (v) descrevem as políticas contábeis usadas em relação à contabilização da carteira de empréstimos e o reconhecimento de desvalorizações potenciais, respectivamente.

O PEI 2022–2026, aprovado pela Assembleia de Governadores em 17 de setembro de 2021, inclui o financiamento de atividades de pré-investimento, investimento, cooperação técnica e de geração de conhecimento. Para tanto, o PEI 2022–2026 baseia-se na aprovação pela Assembleia de Governadores, em 2019, de alteração na “Política de Apropriação dos Recursos de Financiamento” com vistas a permitir o financiamento de sociedades de economia mista nos países membros nos âmbitos nacional e subnacional, sem garantia soberana (SGS). Antes desta alteração, a Diretoria-Executiva havia aprovado nova linha de financiamento para operações SGS, em novembro de 2019.

Sob esta nova linha de financiamento SGS, o Banco está autorizado a conceder empréstimos e garantias a sociedades de economia mista e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Para serem elegíveis para o financiamento, essas instituições devem cumprir as exigências de capacidade financeira e liquidez e contar com a classificação de risco de crédito estabelecida pelo Banco.

Como se indica na Nota 6.4, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos sem garantia soberana a receber chega a USD 76.000, o que representa aumento de cerca de 6% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2021, de USD 72.000.

Esses financiamentos correspondem a linhas de crédito renováveis com vigência de até 8 anos, com carência de até 2 anos e de até 8 anos de amortização.

Da mesma forma que nos financiamentos concedidos com garantia soberana, esses empréstimos incorrem em juros com base na taxa de referência Libor de 6 meses mais *spread* estabelecido com base na classificação de risco de crédito no momento da aprovação do financiamento. Como se explica em maior detalhe na Nota 6.4, a taxa Libor de 6 meses está sendo substituída pela taxa SOFR, esperando-se concretizar a mudança nos próximos meses, o mais tardar no final de junho de 2023. Além disso, esses financiamentos geram taxa de empenho sobre o saldo desembolsado em cada etapa aprovada dentro da linha de crédito mais taxa de administração com base na vigência de cada etapa.

As operações SGS requerem que o tomador de recursos pague uma soma inicial não reembolsável destinada a cobrir os custos legais e de risco de crédito no momento de requerer o financiamento.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil é próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber destes ativos são próximos ao valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

As provisões para possíveis perdas em empréstimos CGS e SGS são mantidas em nível considerado adequado pelo Banco para absorver as perdas eventuais inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

Conforme assinalado na Nota 4.7, a acumulação de juros na carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros acumulados a receber em empréstimos declarados em moratória são registrados no momento da cobrança efetiva, até que esses empréstimos voltem a ser declarados novamente em estado de acumulação de renda. Essa condição exige que a totalidade do principal e dos juros ou taxas devidos pelo tomador de recursos seja quitada, bem como a certeza de que ele tenha superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O Banco não teve e não tem atualmente empréstimos em estado de moratória. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o Banco constitui provisão para refletir a incobrabilidade potencial de sua carteira de empréstimos. A provisão para empréstimos CGS e SGS é parte integral das políticas financeiras do Banco. De acordo com as normas em vigor, a provisão para futuras perdas eventuais em empréstimos é calculada de maneira diferente para os empréstimos CGS e SGS.

A previsão para empréstimos com garantia soberana é calculada considerando o saldo devedor de cada país membro no momento do cálculo. Esses saldos são multiplicados pela probabilidade de inadimplemento associado a cada país membro e pela estimativa de perda máxima resultante. A determinação da probabilidade de inadimplemento de cada país baseia-se na nota de risco de crédito atribuída por três agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas. Essa probabilidade é ajustada para dar a devida ênfase ao reconhecimento da condição de credor preferencial de que goza o Banco.

Para os empréstimos concedidos sem garantia soberana, a probabilidade de inadimplemento é determinada com base na nota de risco de crédito atribuída pela análise realizada pelo Banco no momento da análise do crédito e é atualizada periodicamente. A perda máxima é estimada de acordo com as diretrizes de gestão de riscos estabelecidas pelo Comitê de Basileia.

Além disso, o Banco mantém políticas de exposição a riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações de mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o Banco usa determinados parâmetros de mensuração, tais como: os valores de seu patrimônio líquido e o total de ativos. O Banco faz revisão trimestral de sua carteira de empréstimos para avaliar imparidades que possam afetar sua cobrabilidade total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição ao risco de crédito, moeda e taxa de juros constam das Notas 4.7 e 6.

8.5 Dívidas

As dívidas incluem empréstimos a pagar contratados com outras organizações multilaterais e bilaterais de desenvolvimento (OMDs), com instituições financeiras, além de depósitos a prazo de bancos centrais dos países membros do Banco e títulos. Como se explica em (ii) a seguir, o Banco contrata operações de derivativos cambial e de taxa para reduzir o risco de variações das taxas de câmbio e de juros nos casos em que contrai dívidas em moedas diferentes do dólar estadunidense e taxas diferentes da taxa de referência de seus empréstimos. O valor líquido da operação de *swap* a receber e a pagar, junto com o valor da garantia recebida do J.P. Morgan (JPM) e do Crédit Suisse (CS), é o saldo líquido a receber de USD 5 em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021 – USD 694 líquidos a receber), e é registrado em “Derivativos para a cobertura de fluxos de caixa”, no balanço patrimonial.

O total de dívida em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Dívidas		
Empréstimos e certificados de depósito a custo amortizado ¹	485.347	381.536
Títulos a valor justo ²	492.017	547.825
Carteira bruta	977.364	929.361
Menos: despesas de emissão de dívida a amortizar	(2.021)	(2.620)
	<u>975.343</u>	<u>926.741</u>

¹Inclui dívida denominada em euros à taxa Euribor contratada com a AFD, que foi objeto de operação de *hedge* por meio de contrato de *swap* cambial e de taxa. Essa dívida e a operação de cobertura encontram-se reconhecidos, em 31 de dezembro de 2022, ao valor justo de USD 9.231 (ver Nota 8.5 (i)).

²A partir de 1º de janeiro de 2022, o Banco classifica suas operações de cobertura (*hedge*) de fluxos de dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência de suas operações de empréstimos como coberturas mensuradas a valor justo, de acordo com a IFRS 9. Esta mudança foi realizada no âmbito de referência da IAS 8, de forma prospectiva, dado que não existe efeito material em exercícios anteriores.

(i) Empréstimos de OMDs e outras instituições e certificados de depósitos a prazo de bancos centrais

O saldo pendente de dívidas contratadas pelo Banco para o financiamento de desembolsos em empréstimos concedidos a seus países membros é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Corporação Andina de Fomento – ver nota (1) abaixo	100.000	64.000
Depósitos a prazo de Bancos Centrais – ver nota (2) abaixo	80.000	80.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento – ver nota (3) abaixo	118.396	100.000
Agência Francesa de Desenvolvimento – ver nota (4) abaixo	28.322	20.000
Banco Europeu de Investimentos (BEI) – ver nota (5) abaixo	42.000	12.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) – ver nota (6) abaixo	16.629	5.536
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) – ver nota (7) abaixo	100.000	100.000
Total	<u>485.347</u>	<u>381.536</u>

A partir de março de 2018, por resolução da Diretoria-Executiva, RDE 1409, a capacidade de empréstimo do Banco é estabelecida com base num múltiplo de três vezes o patrimônio líquido, e o limite máximo de endividamento é determinado pela soma dos ativos líquidos com duas vezes o patrimônio líquido.

O Banco planejou sua estratégia de endividamento e programação financeira, de forma a diversificar as fontes de financiamento e obter custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

- (1) Em 9 de junho de 2022, o Banco pagou o valor pendente no âmbito da linha de crédito mantida com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) desde novembro de 2016. Em 1º de dezembro e em 6 de dezembro de 2022, respectivamente, o Banco tomou dois financiamentos de USD 50.000, no âmbito da linha de crédito acordada com o CAF em 17 de setembro de 2021. O primeiro será amortizado em duas parcelas iguais de USD 25.000, com vencimento em 1º de junho e 2 de setembro de 2024, e o segundo empréstimo será amortizado em duas parcelas iguais com vencimento em 6 de junho e 6 de dezembro de 2024. A taxa de juros que incide sobre ambos os empréstimos é taxa Term SOFR acrescida de *spread* fixo. Para proteger as potenciais diferenças entre a Term SOFR e a SOFR composta, que é a taxa de referência dos empréstimos concedidos pelo Banco, o Banco contratou com o DB, em 27 de janeiro de 2023, operações de cobertura de taxa retroativa a 1º e 6 de dezembro de 2022, respectivamente (ver Nota 8.5 (ii)).
- (2) O Banco mantém acordos com os Bancos Centrais de seus países membros que lhe permitem aceitar fundos denominados em dólares estadunidenses no médio prazo, instrumentados por meio de nota promissória. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantém dívida por certificado de depósito bancário tomada do Banco Central do Uruguai, de USD 80.000, com vencimento em 5 de maio de 2023, à taxa fixa. Os juros incidentes sobre este certificado estão incluídos nos custos financeiros do período.
- (3) Em 1º de dezembro de 2022, o Banco assinou acordo de financiamento de USD 100.000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo tomado ao BID baseia-se na taxa SOFR composta e prevê prazo de desembolso de 4 anos e período de amortização de 25 anos, com vida média de 14,95 anos a contar da primeira amortização do principal, em 15 de maio de 2027, e finalizando com a última amortização, em 15 de novembro de 2046. Ao amparo deste acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto financiamento retroativo com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 8 de dezembro de 2021 e a data de vigência estipulada para o último desembolso a ser aprovado no âmbito desta linha. Além disso, e para otimizar a gestão de recursos desta linha de crédito, ambas as partes acordaram que o Banco realizaria os desembolsos requeridos nos empréstimos elegíveis e o BID reembolsaria ao Banco o valor desembolsado sob a modalidade de reconhecimento de despesas. Com isto, os fundos tomados pelo Banco no âmbito desta linha de crédito são de disponibilidade livre para o Banco. Com esta nova linha de crédito, o total financiado com o BID é de USD 200.000. Deste total, USD 100.000 foram aprovados em 2017 e já foram totalmente desembolsados, mas ainda não começaram a amortizar em 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 100.000).

A próxima tabela apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o BID, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo a ser desembolsado:

31 de dezembro de 2022 e 2021

<u>Empréstimos</u>	<u>BID</u>			<u>A ser financiado</u>
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>A desembolsar</u>	<u>pelo FONPLATA</u>
<u>Linha de crédito vigente 2022:</u>				
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	16.690	8.300	8.390	3.310
BRA-21/2018 Itajaí 2040	6.205	6.205	-.-	56.295
BRA-23/2019 Ponta Porã	22.130	3.892	18.238	2.870
Subtotal	45.025	18.397	26.628	62.475
Projetos a identificar	54.975	-.-	54.975	-.-
Total linha vigente	100.000	18.397	81.603	62.475
<u>Linha de crédito executada 2021</u>				
ARG-26/2016 Modernização	750	750	-.-	6.750
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	10.000	2.000	8.000	10.000
ARG-31/2016 BICE 1ª Etapa	14.328	14.328	-.-	5.672
ARG-31/2016 BICE 2ª Etapa	13.881	13.881	-.-	6.119
ARG-35/2017 Infraestr. para a integração	11.500	2.220	9.280	10.700
ARG-32/2016 Aristóbulo del Valle	20.000	9.709	10.291	17.214
ARG-39/2018 Rodovia 13 Chaco	20.000	20.000	-.-	45.000
BRA-16/2014 Corumbá	10.000	10.000	-.-	30.000
PAR-20/2015 Integração	23.250	22.922	328	46.750
PAR-25/2018 Rotas Jesuíticas	12.000	-.-	12.000	-.-
Adiantamento para projetos ARG-35/ARG-39 ²	-.-	4.190	(4.190)	(4.190)
Projetos elegíveis não desembolsados	(35.709)	-.-	-.-	-.-
Subtotal	100.000	100.000	35.709	174.015
Total	200.000	118.397	117.312	236.490

- (4) Em 29 de junho de 2022, o Banco assinou nova linha de crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor total de EUR 30.000 amortizáveis em 15 anos à taxa Euribor de 6 meses mais *spread*. Esta linha soma-se à linha de crédito aprovada em outubro de 2018, no valor de USD 20.000, que foi totalmente executada em 2021 e encontra-se em processo de reembolso. Em 31 de dezembro de 2022, haviam sido financiados empréstimos elegíveis sob esta nova linha no valor total de EUR 8.000, equivalentes a USD 8.519. O total devido à AFD no âmbito dessas duas linhas chega a USD 27.610 (USD 20.000 e EUR 8.000), em 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 20.000). Para proteger-se das potenciais variações de taxa de câmbio, entre o euro e o dólar estadunidense, e de taxa de juros, entre a Euribor e a SOFR composta, que é a taxa de referência dos empréstimos, o Banco contratou com a JPM operação de cobertura cambial e de taxa (ver Nota 8.5 (ii)).

AFD Financiamentos em EUR e USD em 31 de dezembro de 2022 e 2021

<u>Empréstimos</u>	<u>Elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Disponível</u>	<u>FONPLATA</u>	<u>A Pagar</u>
ARG-51/2021-PROSAF	3.780	3.780	-.-	9.520	-.-
BRA-33/2022-DOURADOS	11.380	4.220	7.160	28.620	-.-
Projetos a identificar	14.840	-.-	14.840	-.-	-.-
Total Euros	30.000	8.000	22.000	38.140	8.000
USD equivalentes	31.947	8.519	23.428	40.615	8.519
Linha USD 2018	20.000	20.000	-.-	-.-	19.091
Total	51.947	28.519	23.428	40.615	27.610

- (5) Em 29 de abril e 6 de dezembro de 2022, o Banco recebeu USD 10.000 e 20.000, respectivamente, do Banco Europeu de Investimentos (BEI), no âmbito da linha de financiamento assinada em agosto de 2020, no valor total de USD 60.000. Esses valores somam-se aos USD 12.000 recebidos até 31 de dezembro de 2021.
- (6) No exercício findo em 31 dezembro de 2022, o Banco recebeu USD 12.200, sob a nova linha de crédito assinada em junho de 2021 com o Instituto de Crédito Oficial E.P.E. – (ICO), no valor total de USD 15.000. Essa linha soma-se à obtida em 2018, originalmente no valor de USD 15.000, dos quais foram liquidados USD 9.464 que não haviam sido desembolsados até a data de sua expiração, em 17 de dezembro de 2020, deixando saldo a pagar pelos desembolsos recebidos de USD 5.536, dos quais USD 554 e USD 553 foram amortizados em junho e dezembro de 2022, respectivamente, restando saldo pendente de USD 4.429.

A próxima tabela apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o ICO, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

	ICO			
<u>Empréstimos</u>	<u>Elegível</u>	<u>Desembolsado</u> <u>2021</u>	<u>Desembolsado</u> <u>2022</u>	<u>Disponível</u>
<u>31 de dezembro de 2022</u>				
ARG 23/2015 Estrada de Ferro Belgrano				
SUR	12.645	-.-	12.200	445
Subtotal	12.645	-.-	12.200	445
<u>31 de dezembro de 2021</u>				
BOL – 25 Rede de esgoto	1.674	1.674	-.-	-.-
URU – 14 Líquidos residuais	3.629	2.129	-.-	1.500
ARG – 38/2018 Ferroviário	1.733	1.733	-.-	-.-
Projeto a ser identificado	7.964	-.-	-.-	7.964
ICO FASE II	15.000	-.-	6.700	8.300
Projeto cancelado	-.-	-.-	-.-	(9.464)
Subtotal	30.000	5.536	6.700	8.300
Total	42.645	5.536	18.900	8.745

- (7) O valor devido sob esta linha de crédito corresponde aos USD 100.000 financiados no âmbito da linha de crédito acordada com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), em junho de 2021, com prazo de 5 anos.
- (8) Em 16 de dezembro de 2022, o Banco assinou contrato de empréstimo com a KfW, a fim de financiar projetos da linha verde e que contribuam para mitigar o impacto ao meio ambiente e as mudanças climáticas. Este empréstimo é denominado em Euros e incorre em juros com base na taxa Euribor mais *spread* fixo. O valor total do financiamento é de EUR 37.000. Este empréstimo pode ser desembolsado até 31 de dezembro de 2024, data em que expira o contrato de financiamento. A amortização do empréstimo está prevista em sete parcelas semestrais iguais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2027, finalizando em 15 de maio de 2030. Em 31 de dezembro de 2022, não foram registrados desembolsos no âmbito deste empréstimo.

(ii) Títulos e instrumentos financeiros derivativos classificados como cobertura a valor justo

Como indicado nas Notas 2 e 4.10, entre 2019 e 2021, o Banco realizou três emissões de títulos no mercado de capitais suíço, identificados como FONPLATA24, FONPLATA26 e FONPLATA28, de acordo com o ano do respectivo vencimento. Essas emissões são denominadas em francos suíços à taxa de juros fixa com cupom anual e pagamento do principal no vencimento. FONPLATA 24, com valor total de CHF 150.000, foi emitido com prazo de 5 anos e vencimento em 11 de março de 2024; FONPLATA 26, com valor total de CHF 200.000, foi emitido com prazo de 5 ½ anos e vencimento em 3 de setembro de 2026; e FONPLATA28, com valor total de CHF 150.000, foi emitido com prazo de 7 anos e vencimento em 1º de dezembro de 2028. Ademais, como indicado acima na Nota 8.5 (i) (1) e (4), o Banco contratou nova linha de crédito com o CAF, denominada em dólares estadunidenses e à taxa de juros Term SOFR, além de nova linha de crédito junto à AFD, denominada em euros à taxa Euribor. Em dezembro de 2022, o Banco havia recebido USD 100.000 da linha com o CAF e USD 8.519 da linha com a AFD.

Seguindo sua política de gestão de riscos, o Banco contrata derivativos para a troca de obrigações denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa de referência dos empréstimos, por obrigações denominadas em dólares estadunidenses sobre as quais incidem juros com base na taxa de referência da carteira de empréstimos. De acordo com a natureza destas transações, o Banco considerou que as operações de *swap* cambial e de taxa de juros realizadas são eficazes para neutralizar tanto os riscos de diferenças cambiais quanto de variações na taxa de juros. Consequentemente, o Banco designou esses derivativos como operações de cobertura a valor justo, de acordo com a IFRS 9.

A seguir são apresentados os *swaps* cambiais em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente:

31 de dezembro de 2022

1. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 5 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, para USD 148.809, com prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
2. CS – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 200.000, com prazo de 5 ½ anos à taxa fixa com cupom anual de 0,556%, para USD 222.668, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, com prazo de 5 ½ anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
3. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 7 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,7950%, para USD 164.474, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, com prazo de 7 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
4. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de EUR 8.000, primeiro desembolso tomado do empréstimo contratado com a AFD (ver Nota 8.5.(i) (4)) e contratado com a taxa Euribor mais *spread* fixo. Esta operação de *swap* cobre o período da dívida contraída a partir de 23 de dezembro de 2022 até seu vencimento, em 31 de janeiro de 2034, e incorre em juros sobre total equivalente a USD 8.516 com base na SOFR composta, que é a taxa de referência de todos os empréstimos concedidos pelo Banco a partir de 1º de janeiro de 2022 (ver Nota 6.2).
5. DB – *Swap* de taxas de juros dos desembolsos tomados sob a linha de crédito contratada com o CAF (ver Nota 8.5 (i) (1)), da taxa Term SOFR para a taxa SOFR composta, que é a taxa de referência das operações de empréstimos do Banco. Estas operações de cobertura de taxa de

31 de dezembro de 2022

juros ocorreram no dia 27 de janeiro de 2023, com cobertura retroativa a 1º e 6 de dezembro de 2022, data em que foram tomados os desembolsos. O valor justo da dívida contraída junto ao CAF e o valor justo das operações de cobertura de taxa de juros a receber e a pagar, em 31 de dezembro de 2022, é igual ao valor ao custo amortizado da dívida na mesma data, USD 100.000. A operação de cobertura resultou na diferença de juros a favor do Banco em 31 de dezembro de 2022, no valor de USD 81, que se encontram refletidos no menor custo de encargos financeiros.

31 de dezembro de 2021

1. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 5 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, para USD 148.809, com prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
2. JPM – *Swap* de taxas de juros para alterar os pagamentos semestrais de taxa fixa, ligados a depósitos a prazo obtidos do BCU, por pagamentos semestrais à taxa de juros variável com base na taxa Libor de 6 meses (ver Notas 2 e 8 (i) (2)).
3. CS – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 200.000, com prazo de 5 ½ anos à taxa fixa com cupom anual de 0,556%, para USD 222.668, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, com prazo de 5 ½ anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
4. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 7 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,7950%, para USD 164.474, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, com prazo de 7 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.

O Banco assinou contrato mestre ISDA com cada uma de suas contrapartes. Sob esses contratos, cada parte deve compensar à outra com garantia por qualquer diferença no risco de crédito como resultado de mudança na valorização diária das operações de *swap* devido a mudanças nas taxas de juros e cambial. A garantia a integralizar pela parte que estiver em déficit pode consistir em numerário ou letras do Tesouro dos Estados Unidos e é constituída toda vez que esse déficit ultrapassar o valor estipulado com cada contraparte. O Banco usa seu próprio modelo de avaliação para monitorar a equidade e a razoabilidade das avaliações realizadas pelas contrapartes. O modelo usado baseia-se em informações do mercado sobre taxas de juros e taxas de câmbio fornecidas pelo serviço financeiro da Bloomberg.

Caso a garantia seja integralizada em dinheiro, a parte que a receber estará obrigada a pagar à contraparte juros com base na taxa de juros interbancária publicada pelo Banco da Reserva Federal dos Estados Unidos.

Os juros recebidos ou pagos pelo Banco pelo valor da garantia mantida com suas contrapartes são reconhecidos em outras receitas.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui valor líquido a receber de suas contrapartes de USD 36.858 (2021 – USD 7.602).

O valor total de juros recebidos e pagos pelas garantias recebidas e enviadas às contrapartes baseia-se na taxa de juros para depósitos da Reserva Federal dos EUA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco recebeu juros sobre garantia depositada junto às suas contrapartes no valor de USD 847 (2021 – USD 13) e pagou juros por garantias recebidas de suas contrapartes no valor de USD 2 (2021 – USD 5).

Os ativos e passivo financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando o Banco tem direito, por contrato, de compensar os montantes reconhecidos, e a intenção de cumprir o contrato compensando a obrigação líquida ou realizar o ativo e saldar o passivo de forma simultânea.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos como se tivesse sido executada a opção de compensação (operações de *swap* cambial e de taxa e de garantia), com base no direito de compensação e liquidação emergente do contrato, que não foi efetivado até 31 de dezembro de 2022 e 2021. A coluna “montante líquido” mostra o impacto no balanço patrimonial para o Banco, caso o direito à compensação e liquidação seja executado.

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no Balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no Balanço Patrimonial USD
31 de dezembro de 2022			
Crédit Suisse (CS):			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ¹	210.781	(238.047)	(27.266)
Garantia a receber	27.270	-.-	27.270
	<u>238.051</u>	<u>(238.047)</u>	<u>4</u>
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar ¹	(238.047)	238.047	-.-
Subtotal derivativos a pagar	<u>(238.047)</u>	<u>238.047</u>	<u>-.-</u>
Exposição líquida de derivativos a receber de CS	<u>4</u>	<u>-.-</u>	<u>4</u>
J.P. Morgan (JPM):			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ²	329.137	(338.724)	(9.587)
Garantia a receber	9.588	-.-	9.588
Subtotal derivativos a receber	<u>338.725</u>	<u>(338.724)</u>	<u>1</u>
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar ²	(338.724)	338.724	-.-
Subtotal derivativos a pagar	<u>(338.724)</u>	<u>338.724</u>	<u>-.-</u>
Exposição líquida de derivativos a receber de JPM	<u>1</u>	<u>-.-</u>	<u>1</u>
Deutsche Bank (DB):			
Ativos financeiros			
Swap de taxa de juros a receber	100.000	(100.000)	-.-
Garantia a receber	-.-	-.-	-.-
Subtotal derivativos a receber	<u>-.-</u>	<u>-.-</u>	<u>-.-</u>
Passivo financeiro			
Swap de taxa de juros a pagar	(100.000)	100.000	-.-
Garantia devida	-.-	-.-	-.-
Posição líquida de derivativos de DB	<u>-.-</u>	<u>-.-</u>	<u>-.-</u>
Pos. líquida de derivativos a receber de contrapartes	<u>5</u>	<u>-.-</u>	<u>5</u>
31 de dezembro de 2021			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – CS	230.790	(239.500)	(8.710)
Garantia a receber – CS	8.720	-.-	8.720
Subtotal derivativos a receber – CS	<u>239.510</u>	<u>(239.500)</u>	<u>10</u>
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – CS	(239.500)	239.500	-.-
Subtotal Derivados por pagar – CS	<u>(239.500)</u>	<u>239.500</u>	<u>-.-</u>
Exposição líquida de derivativos a receber	<u>10</u>	<u>-.-</u>	<u>10</u>

	<u>Montantes brutos</u> USD	Montantes brutos compensados no Balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no Balanço Patrimonial USD
31 de dezembro de 2021			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	333.249	(316.326)	16.923
Swap de taxa de juros a receber VJORA – JPM	80.562	(80.479)	83
Subtotal derivativos a receber – JPM	413.811	(396.805)	17.006
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(316.326)	316.326	-.-
Swap de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(80.479)	80.479	-.-
Garantia a pagar – JPM	(16.322)	-.-	(16.322)
Subtotal derivativos a pagar – JPM	(413.127)	396.805	(16.322)
Exposição líquida de derivativos a pagar³	684	-.-	684
Posição líquida de derivativos a receber	694	-.-	694

¹Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de juros de referência correspondente à operação de *swap* cambial e de taxa contraída com o CS é a Libor de 6 meses. Isso é consistente com os saldos mantidos em operações de empréstimos a receber que, em 31 de dezembro de 2022, ainda se mantêm à taxa Libor de 6 meses. A substituição da taxa de juros de referência na operação de *swap* com o CS será efetuada antes de 30 de junho de 2023.

²Como se indica na Nota 2-B, em dezembro de 2022, o Banco substituiu a taxa Libor de 6 meses pela taxa SOFR composta, que é a taxa de referência em mais de 60% da carteira de empréstimos, em suas operações de *swap* com o JPM. Esta substituição é efetiva para os vencimentos a partir de 1º de janeiro de 2023.

³Por causa do encerramento antecipado dos mercados de capital em 31 de dezembro de 2021, o JPM transferiu ao Banco o ajuste correspondente de *spread* de USD 690, em 3 de janeiro de 2022, mudando a exposição do Banco ao risco de crédito de USD 684 para passivo líquido de USD 1.

Todos os derivativos são mensurados a valor justo, usando técnicas de avaliação com base no uso de informações confiáveis e observáveis de mercado, na medida do possível, sendo classificados no nível 2 (ver Nota 8.7).

A dívida a pagar classificada de acordo com seu prazo contratual de vencimento é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u> <u>USD</u>	<u>2021</u> <u>USD</u>
<u>Prazos de Vencimento</u>		
Até um ano	104.592	66.016
De um a dois anos	298.900	104.592
De dois a três anos	41.992	205.606
De três a quatro anos	224.346	41.688
De quatro a cinco anos	12.928	244.579
Mais de cinco anos	294.606	266.880
Total	977.364	929.361

(i) Valor justo das dívidas

Os depósitos a prazo obtidos de bancos centrais e os empréstimos contratados com OMDs e outras instituições são mantidos a custo amortizado. Estima-se que o valor contábil se aproxima de seu valor justo toda vez que os fluxos de caixa a serem usados para quitar os saldos pendentes são muito semelhantes ao valor contábil da dívida.

Os recursos captados por meio de dívidas e os títulos emitidos em moedas diferentes do dólar estadunidense e taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimos são objeto de operações de *swap* cambial e de taxa, a fim de mitigar a exposição a variações nas taxas de câmbio e de juros, e são mensuradas a seu valor justo. O efeito líquido dessas variações é reconhecido na demonstração de resultados em “Outras receitas”.

(ii) Exposição ao risco

As Notas 6 e 7, respectivamente, oferecem informações referentes ao risco de exposição associado às dívidas contraídas.

8.6 Fundos especiais

O saldo que o Banco mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, inclui os seguintes itens:

	31 de diciembre de	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>\$</u>
FOCOM	14.230	13.769
PAC	4.184	4.056
PCT	4.221	4.066
Total	<u>22.635</u>	<u>21.891</u>

A Assembleia de Governadores do Banco pode criar fundos especiais para fins específicos, com normas de administração e procedimentos próprios, que são considerados entidades jurídicas separadas e independentes do Banco e cujo controle é exercido diretamente pelos países membros, por meio da Assembleia de Governadores. Em vista disso, os saldos desses fundos não são consolidados pelo Banco. Os fundos especiais são financiados por meio da distribuição de parte dos resultados acumulados não alocados ou lucros retidos mantidos na reserva de capital. No ano de 2014, a Assembleia de Governadores criou e financiou os seguintes fundos especiais:

- Fundo especial para a compensação da taxa de operações (conhecido como FOCOM):** O objetivo deste fundo, de ajuda na redução do custo financeiro decorrente dos empréstimos contraídos por Bolívia, Paraguai e Uruguai com o Banco, foi ampliado, em 2020, para todos os países membros no caso de operações que possam ser elegíveis sob a “Linha Verde”, projetos com impacto ambiental e projetos sob a “Linha de Reativação Econômica”. Esta ajuda é realizada por meio do pagamento de parte dos juros devidos semestralmente pelos tomadores de recursos. O pagamento do benefício concedido por este fundo é contingente e determinado de forma anual, por conta e ordem dos tomadores de recursos. Em 16 de dezembro de 2022 (RAG – 192), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o FOCOM de USD 3.100 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2021. A partir de sua criação em maio de 2014 e até 31 de dezembro de 2022, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para este fundo de USD 21.610 dos resultados acumulados a título de contribuição (31 de dezembro de 2021 – USD 18.510).
- Programa de Cooperação Técnica (PCT):** Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do “Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional” (FONDEPRO) para

o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional – foco estratégico do Banco – por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Em 16 de dezembro de 2022 (RAG – 192), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 500 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2021. A partir de sua criação e até 31 de dezembro de 2022, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 5.000 dos resultados acumulados não alocados a título de contribuição (31 de dezembro de 2021 – USD 4.500).

- c. **Fundo de Pensão (PAC):** Conforme explicado na nota 4.13, “Outros benefícios a funcionários”, em 14 de agosto de 2018, a Diretoria-Executiva aprovou o Fundo de Pensão (PAC). O PAC foi efetivado em 1º de novembro de 2018, com vigência nos primeiros oito anos da relação de trabalho do funcionário. O PAC mantém o benefício a título de indenização por encerramento do tempo de serviço, que é melhorado pelo Banco por meio de contribuição de 100% do montante da taxa contribuição dos funcionários participantes para a poupança voluntária.

A poupança voluntária é opcional e os funcionários que resolverem não participar receberão apenas o benefício de indenização. Há um percentual máximo e um mínimo de poupança voluntária, equivalente a um mês de salário por ano de serviço (8,33%) e meio mês de salário por ano de serviço (4,17%), respectivamente.

A escolha do percentual de poupança voluntária é feita anualmente, antes do início de cada gestão. A vigência do PAC é de oito anos, contados a partir da contratação do funcionário. Além disso, e como incentivo para reter o quadro de pessoal, o PAC prevê um período de elegibilidade de quatro anos. Quando ocorre o encerramento da relação de trabalho, os participantes têm direito de resgatar do PAC a totalidade do benefício acumulado a título de indenização, as contribuições realizadas a título de poupança voluntária, incluindo os rendimentos acumulados, e as contribuições do Banco para a poupança voluntária, incluindo, também, os rendimentos acumulados.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Este percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos fundos acumulados em sua conta do PAC ao encerramento do vínculo empregatício.

A tabela a seguir apresenta detalhe dos fundos acumulados e do total de fundos disponíveis no PAC para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

	Contribuições para benefício de indenização USD	Contribuição para poupança voluntária de funcionários USD	Contribuições do FONPLATA sobre poupança voluntária USD	Total acumulado USD	Total disponível p/pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2022						
Saldos em 31 de dezembro de 2021 ¹ :	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80
Mudanças no tempo de serviço					64	(64)
Contribuição p/ benefício no encerramento	471	--	--	471	471	--
Poupança voluntária dos participantes	--	358	358	716	673	43
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	65	--	65	65	--
Receita sobre investimentos liquidada	--	13	10	24	24	--
Resgates	(585)	(318)	(243)	(1.148)	(1.144)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.775	1.379	1.031	4.184	4.130	54

	Contribuições para benefício de indenização USD	Contribuição para poupança voluntária de funcionários USD	Contribuições do FONPLATA sobre poupança voluntária USD	Total acumulado USD	Total disponível p/pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2021						
Saldos em 31 de dezembro de 2021:	1.598	803	585	2.986	2.896	90
Mudanças no tempo de serviço	-,-	-,-	-,-	-,-	60	(60)
Contribuição p/ benefício no encerramento	465	-,-	-,-	465	465	-,-
Poupança voluntária dos participantes	-,-	367	367	734	684	50
Poupança voluntária adicional dos participantes	-,-	153	-,-	153	153	-,-
Receita sobre investimentos liquidada	-,-	1	1	2	2	-,-
Resgates	(174)	(64)	(46)	(284)	(284)	-,-
Saldo devido ao PAC	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80

¹O saldo inicial disponível para o pagamento de benefícios foi ajustado por arredondamento ao milhar.

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco, independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo do Banco. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um destes fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota apresenta informações sobre os julgamentos e estimativas usados na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados a valor justo nas demonstrações financeiras.

A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos de investimento é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	Nível 1 USD	Nível 2 USD	Nível 3 USD
31 de dezembro de 2022			
Investimentos a valor justo por meio de ORA – Nota 8.2	338.850	-,-	-,-
Dívidas a valor justo por meio do resultado – 8.5 (i)	(501.248)	-,-	-,-
Operações de cobertura a receber a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5	539.918	-,-	-,-
Operações de cobertura a pagar a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5 (ii)	(576.772)	-,-	-,-
31 de dezembro de 2021			
Investimentos a valor justo por meio de ORA – Nota 8.2	352.788	-,-	-,-
Operações de cobertura a receber a valor justo por meio de ORA – Nota 8.5 – (ii)	644.601	-,-	-,-
Operações de cobertura a pagar a valor justo por meio de ORA – Nota 8.5 – (ii).	(636.305)	-,-	-,-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, não foram mantidos instrumentos financeiros que devessem ser mensurados ao valor justo de forma recorrente, para os quais o Banco tenha tido que usar as metodologias de avaliação estabelecidas nos níveis 2 e 3. No caso

de alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do Banco reconhecer o impacto dessas alterações.

- **Nível 1:** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como investimentos a valor de mercado) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final do período. A cotação usada para os ativos financeiros mantidos pelo Banco é o preço de mercado. Estes instrumentos são incluídos no nível 1.
- **Nível 2:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.
- **Nível 3:** Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou de relevo para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.

NOTA 9 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros do Banco, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis aplicadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo as avaliações profissionais utilizadas e as incertezas das estimativas aplicadas.

9.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamentos incluem os seguintes itens:

	<u>Propriedades</u>	<u>Equipamentos e Móveis</u>	<u>Obras de Arte</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total¹</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>
<u>Valor de origem</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.857	2.427	87	49	7.420
Adições	-.-	214			214
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.857	2.641	87	49	7.634
Adições	-.-	694	-.-	-.-	694
Bens de uso em trânsito	-.-	32	-.-	-.-	32
Baixas	(392)	(86)	-.-	-.-	(478)
<u>Valor de origem em 31 de dezembro de 2022</u>	4.465	3.282	87	49	7.883
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	513	928	-.-	46	1.487
Depreciação	166	237	-.-	3	406
Saldo em 31 de dezembro de 2021	679	1.165	-.-	49	1.893
Baixas	(22)	(33)	-.-	-.-	(55)
Depreciação	102	263		-.-	365
<u>Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2022</u>	759	1.395	-.-	49	2.204
<u>Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2022</u>	3.706	1.887	87	-.-	5.679
<u>Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2021</u>	4.178	1.476	87	-.-	5.741

¹ Os saldos iniciais e as somas parciais incluem diferenças por arredondamento.

O valor líquido resultante de salas comerciais, estacionamentos e espaços para armazenamento que fazem parte da sede central do Banco incluem o montante de reavaliação técnica reconhecida em 31 de dezembro de 2018, de USD 812. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esta reserva foi reduzida em USD 73, como resultado da venda de salas comerciais localizadas no 3º andar da sede principal do Banco, como se explica a seguir. A reserva por reavaliação técnica é classificada em outros resultados abrangentes. O montante desta reserva é reduzido por meio da depreciação e poderia ser ajustado com base em reavaliações técnicas posteriores.

Em janeiro de 2022, como resultado da abertura dos Escritórios de Ligação em seus países membros e a designação de pessoal técnico para ocupar vagas de trabalho nesses escritórios, além da adoção de modelo híbrido de trabalho, o Banco otimizou o espaço físico ocupado em sua sede principal, o que possibilitou a venda das salas ocupadas no 3º andar. O valor da venda foi de USD 450, determinados com base no valor de mercado, representando lucros líquidos de USD 116 após dedução do valor líquido, resultante de USD 320 mais impostos de transferência, no valor de USD 14.

(ii) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

A propriedades são reconhecidas a seu valor justo com base em avaliações periódicas realizadas por perito independente, menos a depreciação desses ativos. Os outros ativos incluídos neste item são reconhecidos a seu valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Detalhe	Vida útil
Propriedades:	Não são amortizados
Terrenos e Edifícios	40 anos ou o valor que venha a surgir da reavaliação técnica, o que for menor
Equipamentos e móveis:	
Melhorias em imóveis alugados	Encerramento de contrato
Móveis e equipamentos	8 a 10 anos
Equipamentos de computação e aplicativos	4 a 7 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizadas

Na Nota 4.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas às propriedades e equipamento.

(iii) Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as propriedades tivessem sido determinadas a custo

Se as propriedades tivessem sido determinadas a custo histórico, os saldos teriam sido os seguintes:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u> USD	<u>2021</u> USD
Custo	4.044	4.044
Depreciação acumulada	(583)	(596)
Total	<u>3.461</u>	<u>3.448</u>

9.2 Diversos

Este item inclui saldos menores devidos ao Banco por empréstimos ao pessoal, adiantamentos a provedores, despesas pagas antecipadamente, despesas diferidas e depósito de caução para o escritório de ligação em Assunção, Paraguai.

O Banco assinou contratos de arrendamento a médio prazo para assegurar o espaço para seus escritórios de ligação em Buenos Aires (Argentina), Brasília (Brasil) e Montevideu (Uruguai). Os aluguéis por períodos superiores a um ano são reconhecidos e contabilizados em conformidade com a IFRS 16. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aluguéis e juros implícitos no valor total de USD 165 (2021 – USD 65). A tabela a seguir apresenta as informações relevantes desses aluguéis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

	Obrigação de locação USD
31 de dezembro de 2022	
Montevideu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020, incluindo ampliação pela locação de 75 m ² adicionais em junho de 2022. Pagamentos mensais mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5, a partir de 1 de fevereiro de 2021 até 1 de janeiro de 2024. A partir da ampliação, em junho de 2022, o pagamento mínimo é de USD 3,9 mensais. Os pagamentos mínimos de arrendamento estão sujeitos a aumento anual de 4%.	83
Br�silia – Brasil, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 15 de março de 2021, com pagamentos mínimos de arrendamento denominados em reais brasileiros, USD 2,1, sujeitos a ajustes anuais baseados no �ndice de preços de inflação local. O contrato de arrendamento vence em 14 de março de 2024.	31
Buenos Aires – Argentina, contrato de arrendamento de 3 anos assinado por 36 meses, a partir de 1� de fevereiro de 2022 até 31 de janeiro de 2025, com pagamento mínimo mensal de USD 5,4, incluindo imposto sobre valor agregado e a amortização de melhorias.	152
Total	266
31 de dezembro de 2021	
Montevideu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020. Pagamentos mensais mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5 a partir de 1� de fevereiro de 2021 até 1� de janeiro de 2024. Os pagamentos mínimos de arrendamento estão sujeitos a aumento anual de 4%.	95
Br�silia – Brasil, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 15 de março de 2021, com pagamentos mínimos de arrendamento denominados em reais brasileiros, USD 9,5, sujeitos a ajustes anuais baseados no �ndice de preços de inflação local. O contrato de arrendamento vence em 14 de março de 2024.	49
Total	144

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o montante total de diversos a receber é de USD 1.088 e USD 748, respectivamente.

9.3 – Outros passivos

Este item inclui juros e taxas acumulados a pagar por dívidas contraídas, bem como saldos menores a pagar a provedores e reembolsos ao pessoal. Ademais, e conforme assinalado na Nota 9.2, inclui o reconhecimento da parte não amortizada do passivo contraído pelo contrato de arrendamento do escritório de ligação em Montevideu, República Oriental do Uruguai. A composição de outros passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021   a seguinte:

	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2022</u> USD	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2021</u> USD
Juros e taxas acumuladas por dívidas	9.638	2.534
Contas a pagar e acréscimos	390	471
Parte não amortizada de arrendamentos financeiros	266	144
Total	10.294	3.149

NOTA 10 – PATRIMÔNIO

10.1 Capital

Em 28 de janeiro de 2016, a 14ª Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de USD 1.375.000, passando o capital de USD 1.639.200 para USD 3.014.200. O novo aumento de capital efetivou-se em 2017, com o processo de subscrição pelos países membros de suas parcelas de capital a ser pago em dinheiro, totalizando USD 550.000, e do compromisso da totalidade do capital exigível, totalizando USD 825.000.

Nessa oportunidade foi acordado integralizar o capital a ser pago em dinheiro em oito parcelas. Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai se comprometeram a integralizar suas parcelas entre 2018 e 2024, e o Brasil, entre 2018 e 2026. No final do processo de integralização do capital a ser pago em dinheiro, o capital a ser pago em dinheiro totalizará USD 1.349.200.

A totalidade do capital exigível, i.e., USD 1.665.000, foi subscrita e autorizada pelos países membros em 31 de dezembro de 2018. O pagamento do capital exigível subscrito ocorrerá quando for requerido, depois da aprovação pelos Governadores, quando necessário para cumprir com as obrigações financeiras do Banco, se a instituição não tiver condições de satisfazê-las com recursos próprios.

Eis a composição do capital do Banco por país membro em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente:

País membro ⁱ	Capital suscrito		Capital Autorizado		Total	%
	Caixa	Exigível	Caixa	Exigível		
	USD	USD	USD	USD		
• Argentina	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	149.904	184.990	149.904	184.990	334.894	11,1%
	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,0%</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco recebeu capital em dinheiro dos países membros no total de USD 75.194 e USD 89.585, respectivamente. Os montantes de capital pagos subscritos e ainda não integralizados, bem como o capital exigível e autorizado, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, são os seguintes:

País Membro	31 de dezembro de 2022 Capital subscrito em dinheiro			31 de dezembro de 2021 Capital subscrito em dinheiro		
	Caixa ⁱ	A integralizar ⁱ	Total	Caixa ⁱ	A integralizar ⁱ	Total
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
• Argentina	387.410	62.334	449.744	356.244	93.500	449.744
• Bolívia	129.126	20.778	149.904	118.737	31.167	149.904
• Brasil	306.871	142.873	449.744	294.012	155.732	449.744
• Paraguai	129.126	20.778	149.904	118.737	31.167	149.904
• Uruguai	129.126	20.778	149.904	118.737	31.167	149.904
Total	<u>1.081.660</u>	<u>267.540</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.006.467</u>	<u>342.733</u>	<u>1.349.200</u>

Como indicado na Nota 2-B, com data de 3 de janeiro de 2023, o Banco recebeu do Brasil a soma de USD 69.842, correspondente ao saldo remanescente das parcelas de capital acordadas para o período 2020 a 2022. Permanece apenas saldo remanescente de USD 98, correspondente à parcela de 2022. Essas contribuições serão somadas ao patrimônio do Banco e seu fluxo de caixa em 2023.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

<u>Capital subscrito exigível ⁱ</u>	
<u>País membro</u>	<u>Autorizado ⁱⁱ</u>
	<u>USD</u>
• Argentina	555.014
• Bolívia	184.991
• Brasil	555.014
• Paraguai	184.991
• Uruguai	184.990
Total	<u>1.665.000</u>

ⁱ Em 31 de dezembro de 2018, os países membros haviam subscrito e autorizado o total de sua participação no capital exigível.

ⁱⁱ Devido ao arredondamento em milhares de dólares estadunidenses, os montantes parciais podem não concordar com o total.

10.2. Outras reservas

Conforme explicado na Nota 8.2 (iv), outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, incluem:

- (i) Reserva para alterações no valor justo de investimentos – VJORA: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esta reserva viu-se aumentada por ganho de USD 1.191, para perda acumulada de USD 4.615 (31 de dezembro de 2021 – USD 3.928 de perda realizada para total acumulado de perdas não realizadas de USD 5.806).
- (ii) Reserva para alterações no valor justo dos derivativos mantidos para cobertura: Como se indica na Nota 8.5, a partir de 1º de janeiro de 2022, o Banco classifica suas operações de cobertura (*hedge*) de fluxos de dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência de suas operações de empréstimos como coberturas mensuradas a valor justo, de acordo com a IFRS 9. Esta mudança foi realizada no âmbito de referência da IAS 8, de forma prospectiva, dado que não existe efeito material em exercícios anteriores. Como resultado, o saldo em Reserva para as alterações no valor justo dos derivativos mantidos para cobertura em 31 de dezembro de 2021, de USD 3.578 de perdas não realizadas, foi reclassificado no resultado do exercício como “Outras receitas”. Esta rubrica inclui o resultado líquido de ganhos e perdas não realizados, produto da mensuração a valor justo da dívida contraída em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos concedidos pelo Banco aos tomadores de recursos, bem como as diferenças líquidas do valor justo das operações de cobertura a receber de suas contrapartes e a pagar.
- (iii) Reserva para reavaliação de propriedades: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esta reserva viu-se reduzida em USD 93, para um saldo de USD 636, como resultado da venda das salas ocupadas no 3º andar da sede principal do Banco USD 66, e USD 27 pela depreciação no exercício (2021 – USD 729, depois de deduzir a depreciação do exercício, de USD 28).

10.3. Lucros acumulados e reserva geral

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2022 totalizam USD 47.615 e correspondem totalmente à receita líquida obtida de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 24.030). Esses lucros são resultado do reconhecimento de dívidas contraídas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos e das operações de cobertura contratadas para

diminuir o risco de exposição a alterações cambiais e de taxas de juros e representam USD 6.370 de ganhos não realizados. Esses resultados não realizados resultam da diferença líquida da mensuração da dívida original e das coberturas a receber e a pagar no encerramento do exercício e vão convergindo a zero à medida que a dívida original e a cobertura expirem, quando o Banco fará a troca dos fluxos de caixa contratados e acordados com suas contrapartes.

As políticas do Banco preveem que os Resultados Acumulados não Alocados sejam usados para assegurar a preservação do valor do patrimônio no tempo e, também, para financiar o Fundo Especial de Compensação da Taxa Operacional (FOCOM) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT). A Nota 8.6 apresenta informações sobre a alocação de recursos a estes dois fundos com base nas receitas retidas e não alocadas em 31 de dezembro de 2021, aprovada pela Assembleia de Governadores, em 16 de dezembro de 2022 (RAG 192).

O montante da reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, é o seguinte:

	Reserva Capital USD
Saldo em 31 de dezembro de 2020	155.751
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2021	27.414
Saldo em 31 de dezembro de 2021	183.165
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2022	20.430
Saldo em 31 de dezembro de 2022	203.595

NOTA 11 – RECEITAS

A composição da receita líquida é a seguinte:

	De 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2022 USD	2021 USD
Receitas de empréstimos:		
Juros	69.613	35.609
Taxa de empenho	3.399	3.653
Taxa de administração	2.501	2.959
Subtotal	75.513	42.221
Receitas de investimentos:		
Juros	2.275	4.793
Outros	13	15
Receitas de investimentos, bruto	2.288	4.808
Participação de fundos especiais – Nota 8.6	(179)	(23)
Receitas de investimentos, líquido	2.109	4.785
Receitas financeiras	77.622	47.006
Outras receitas		
Receitas não realizadas de ajustes a valor justo de dívidas protegidas por operações de cobertura cambial e de taxa – Nota 4.10	48.807	.-
Perdas não realizadas líquidas de valor justo de operações de cobertura a receber e a pagar – Nota 4.10	(42.437)	.-
Resultados não realizados líquidos	6.370	.-
Outras receitas	1.020	85
Total outras receitas	7.390	85

NOTA 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o Banco adotou sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos para elas requeridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco atingiu percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 81,2% e 76%, respectivamente. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

<u>Classificação das despesas</u>	<u>De 1 de janeiro a 31 de dezembro</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Despesas de pessoal	7.563	7.067
Despesas de serviços	645	206
Serviços profissionais	838	561
Classificação de risco de crédito	78	51
Auditores externos	81	61
Despesas administrativas	1.229	956
Serviços financeiros	182	190
<i>Total do orçamento administrativo executado</i>	<u>10.616</u>	<u>9.092</u>
 Classificação de outras despesas		
Depreciação	365	379
Diferenças cambiais – lucros	69	42
<i>Total de despesas administrativas</i>	<u>11.050</u>	<u>9.513</u>

NOTA 13 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

As tabelas abaixo apresentam análise dos ativos e passivos em função do período no qual se espera que sejam recuperados ou pagos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente:

	<u>Circulante</u> <u>(Menos de 1 ano)</u>	<u>Não circulante</u> <u>(Mais de 1 ano)</u>	<u>Total</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>
<u>31 de dezembro de 2022</u>			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	217.589	-.-	217.589
Investimentos			
A valor justo ¹	338.850	-.-	338.850
A custo amortizado	-.-	-.-	-.-
Carteira de empréstimos			
Empréstimos a receber	169.976	1.574.420	1.744.396
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	1.374	-.-	1.374
Juros e taxas de empréstimos	28.182	-.-	28.182
Outros ativos			
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa	5	-.-	5
Propriedade e equipamentos, líquido	-.-	5.679	5.679
Diversos	510	578	1.088
Total do Ativo	<u>756.486</u>	<u>1.580.677</u>	<u>2.337.163</u>

	<u>Circulante</u> <u>(Menos de 1 ano)</u> <u>USD</u>	<u>Não circulante</u> <u>(Mais de 1 ano)</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
<u>PASSIVO</u>			
Derivativos para a cobertura de fluxos de caixa – Nota 8.5 (ii)			
Dívidas	104.601	870.742	975.343
Outros passivos	10.028	266	10.294
Fundos especiais	4.520	18.115	22.635
Total do passivo	119.149	889.123	1.008.272

31 de dezembro de 2021

ATIVOS

Caixa e equivalentes de caixa	128.261	-.-	128.261
Investimentos			
A valor justo ¹	352.788	-.-	352.788
A custo amortizado	151.850	-.-	151.850
Carteira de empréstimos			
Empréstimos a receber	106.702	1.396.964	1.503.666
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	2.366	-.-	2.366
Juros e taxas de empréstimos	10.673	-.-	10.673
Outros ativos			
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa	694	-.-	694
Propriedade e equipamentos, líquido	-.-	5.742	5.742
Diversos	321	427	748
Total do Ativo	753.655	1.403.133	2.156.788

<u>PASSIVO</u>			
Dívidas	65.446	861.295	926.741
Outros passivos	3.005	144	3.149
Fundos especiais	4.054	17.837	21.891
Total do passivo	72.505	879.276	951.781

¹Em 31 de dezembro de 2022, todos os investimentos classificados como disponíveis para venda e mensuradas a VJORA são mantidos com vistas a financiar os desembolsos esperados de empréstimos em 12 meses.

NOTA 14 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no “Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Banco para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países Membros”, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países membros, o Banco pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos de propriedade, de dívida, ações e valores, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

O referido Acordo determina, igualmente, que o Banco e seus bens estão isentos, no território dos países membros, de todo imposto direto e direitos aduaneiros, no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda nem de outros impostos indiretos. No entanto, os países membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizer, para uso oficial, aquisições de alto custo em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto o Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quanto os Convênios de Sede, assinados com o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Paraguai, estabelecem que as propriedades, bens e ativos do Banco estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, estaduais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

(a) Descrição do segmento

O Banco, com base em análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional, pois não administra suas operações alocando seus recursos em função da contribuição de operações individuais para geração de receita líquida. O Banco não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou serviços prestados, seu processo de preparação ou o método para elaborar suas operações de empréstimos ou prestar serviços a seus países membros. Todas as operações são realizadas na sede do Banco com apoio dos escritórios de ligação. As operações realizadas pelo banco consistem em conceder financiamento a seus países membros, considerados segmentos para os efeitos desta nota: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(b) Ativos por segmentos

A composição da carteira de empréstimos por país é a seguinte:

	<u>Carteira bruta</u>	<u>Taxas a creditar</u>	<u>Perdas por desvalorização</u>	<u>Carteira de Empréstimos</u>	<u>Juros e taxas a receber</u>	<u>Total</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>
<u>31 de dezembro de 2022</u>						
Argentina	490.462	(1.237)	(8.571)	480.654	8.394	489.049
Bolívia	395.009	(916)	(2.192)	391.901	6.280	398.181
Brasil ¹	208.992	(404)	(1.159)	207.429	2.682	210.111
Paraguai	378.042	(314)	(705)	377.024	6.262	383.286
Uruguai	288.339	(67)	(882)	287.390	4.564	291.953
Total	1.760.844	(2.938)	(13.509)	1.744.398	28.182	1.772.580
<u>31 de dezembro de 2021:</u>						
Argentina	403.808	(1.335)	(7.373)	395.100	3.030	398.130
Bolívia	355.393	(283)	(2.060)	353.050	2.566	355.616
Brasil ¹	179.242	(792)	(1.222)	177.228	1.192	178.420
Paraguai ¹	311.546	(916)	(721)	309.910	2.066	311.976
Uruguai	269.610	(269)	(963)	268.378	1.819	270.197
Total ²	1.519.600	(3.595)	(12.339)	1.503.666	10.673	1.514.339

¹ Inclui USD 76.000 de saldos de três empréstimos SGS aprovados (31 de dezembro de 2021 – USD 72.000). Em 31 de dezembro de 2022, as taxas acumuladas a creditar de empréstimos SGS totalizam USD 44 (31 de dezembro de 2021 – USD 191), e os juros acumulados a receber, USD 443 (31 de dezembro de 2021 – USD 185). A provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos SGS é de USD 1.094 (31 de dezembro de 2021 – USD 1.217) (ver Nota 8.4, para mais detalhes).

² As somas horizontais e verticais podem diferir em razão de arredondamento.

A composição da carteira bruta por país e sua distribuição por tipo de projeto é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento o produtivo</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico</u>	<u>Empréstimos SGS</u>	<u>Total</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>
31 de dezembro de 2022					
Argentina	244.789	72.112	173.560	-.-	490.462
Bolívia	370.725	9.596	14.688	-.-	395.009
Brasil ¹	170.387	-.-	8.605	30.000	208.992
Paraguai ¹	331.542	10.501	-.-	36.000	378.042
Uruguai	227.133	28.848	22.358	10.000	288.339
Total	1.344.576	121.057	219.210	76.000	1.760.844
31 de dezembro de 2021:					
Argentina	199.851	65.529	138.428	-.-	403.808
Bolívia	340.051	-.-	15.342	-.-	355.393
Brasil	128.880	-.-	14.362	36.000	179.243
Paraguai	263.295	12.251	-.-	36.000	311.546
Uruguai	224.028	28.848	16.734	-.-	269.610
Total²	1.156.105	106.628	184.866	72.000	1.519.601

¹O montante registrado como "Total" inclui USD 76.000 de empréstimos SGS a receber por financiamentos concedidos a bancos e sociedades de economia mista. Esses financiamentos não se enquadram em nenhuma das classificações usadas nos financiamentos concedidos a países membros com garantia soberana (ver Nota 8.4, para mais detalhes).

²As somas horizontais e verticais podem diferir em razão de arredondamento.

O saldo a desembolsar em empréstimos corresponde exclusivamente a empréstimos em estado de execução da carteira de empréstimos com garantia soberana. Sua distribuição é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Argentina	341.506	313.214
Bolívia	140.389	71.390
Brasil ¹	285.740	142.564
Paraguai	193.947	146.136
Uruguai	22.422	27.711
Total	984.004	701.015

¹Inclui USD 6.000 de empréstimos SGS em 31 de dezembro de 2021, que foram liquidados em 2022.

Além disso, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, os empréstimos aprovados pelo Banco e pendentes de desembolso, porque o contrato de empréstimo não havia sido assinado ou ainda aguardava ratificação do Poder Legislativo do país membro, são os seguintes:

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Argentina	87.000	65.300
Bolívia	-.-	100.000
Brasil ¹	165.130	206.510
Paraguai	175.000	276.246
Uruguai	-.-	42.000
Total	427.130	690.056

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro,			
	2022		2021	
	<u>Saldo</u>	<u>Retorno</u>	<u>Saldo</u>	<u>Retorno</u>
	<u>Promedio</u> <u>USD</u>	<u>Médio</u> <u>%</u>	<u>Medio</u> <u>USD</u>	<u>Medio</u> <u>%</u>
Carteira de empréstimos	1.640.222	4,60%	1.385.548	3,05%

(c) Receitas por segmentos

As receitas de juros e outras são apresentadas a seguir:

	<u>Juros sobre</u> <u>empréstimos</u> <u>USD</u>	<u>Outras receitas</u> <u>operacionais</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
<u>De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022</u>			
Argentina	19.800	2.254	22.054
Bolivia	14.924	759	15.683
Brasil ¹	8.291	1.013	9.304
Paraguay ¹	15.130	1.508	16.638
Uruguay	11.467	366	11.833
Total	69.612	5.900	75.512
<u>De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021:</u>			
Argentina	9.782	2.177	11.959
Bolivia	8.860	806	9.665
Brasil	4.455	1.227	5.682
Paraguay	6.177	1.931	8.108
Uruguay	6.336	471	6.807
Total	35.609	6.612	42.222

¹ Inclui juros acumulados, no total de USD 3.254, e outros encargos por taxa de administração, de USD 79, correspondentes a empréstimos SGS concedidos a bancos públicos de desenvolvimento no Brasil e no Paraguai, respectivamente (31 de dezembro de 2021 – USD 2.218 e USD 79, como outros juros e outros encargos relacionados a empréstimos SGS).

NOTA 16 – ENTIDADES COLIGADAS

Conforme assinalado nas Notas 1 e 6.4, o Banco concede financiamentos com garantia soberana a seus cinco países tomadores de recursos, que, por sua vez, são seus donos e acionistas, bem como financiamentos sem garantia soberana a empresas públicas e bancos de desenvolvimento enquadrados como sociedades de economia mista nos âmbitos nacional e subnacional. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento às políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria-Executiva ou o Presidente-Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o Banco não realiza transações com seus países membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

Os saldos e transações mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FOCOM, o PCT e o PAC, como é explicado em maior detalhe nas notas 4.12, 4.13 e 8.6, respectivamente.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar de forma significativa as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

NOTA 18 – FATOS POSTERIORES

O Banco avaliou a existência de fatos posteriores à data das demonstrações financeiras e até 28 de fevereiro de 2023, data na qual as demonstrações financeiras ficaram prontas para serem emitidas, e não foram identificados outros eventos com possível impacto significativo nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE FINANCEIRO